

PARTE II

Vila Sagrada Família um estudo de caso de sustentabilidade e práticas educativas

CAPÍTULO 2

Curitiba: Políticas Públicas e Meio Ambiente

2.1 – Curitiba: a cidade, o planejamento e o meio ambiente

Este Capítulo tem como base da pesquisa o levantamento dos dados a partir de fontes primárias e secundárias. Na pesquisa de campo, os instrumentos utilizados foram: relatórios e levantamento de indicadores sócio-econômicos de Curitiba e do Paraná; relatórios, levantamento e propostas realizadas pelos órgãos da administração municipal de Curitiba sobre as políticas públicas realizadas, com prioridade para a área ambiental; levantamento de legislação sobre a política ambiental; levantamento sobre trabalhos realizados, que analisam o desenvolvimento de Curitiba e seus aspectos ambientais.

A caracterização do processo de urbanização de Curitiba coloca-se como determinante para analisar o tema de sustentabilidade e a cidade. Nesse sentido, será desenvolvido breve histórico da trajetória de formação e urbanização de Curitiba, com objetivo de explicitar a configuração das classes sociais, composição, posição nas relações de produção e a base de formação social dos moradores de bairro de Curitiba e da Vila Sagrada Família. Para abordar essa trajetória histórica, foi realizada uma divisão temporal do processo.

2.1.1 - Início da urbanização

O ano de 1600¹ marcou a fundação de Curitiba². As atividades econômicas vinculadas ao ouro, foram determinantes na constituição do núcleo original de

¹ Em 1648, foi Heliodoro Ébano Pereira o primeiro colonizador a transpor a Serra do Mar, chegando ao primeiro planalto de Curitiba; em 1650 foi construído um aterro que possibilitava a passagem sobre Atuba, que ligava o caminho do Itupava a Porto de Cima (Ippuc, 1996).

² A palavra Curitiba é de origem indígena e significa “muitos pinheiros, “pinheiral”. Em Guarani “Cory” = pinheiro e “Tyba” = muito (Luiz Carlos Ribas de Andrade. *Conheça Curitiba*. Curitiba: Estética, 1997, p.4).

urbanização da cidade. Os Bandeirantes, na busca de riquezas, deslocavam-se da região do litoral em direção ao interior, especificamente, para Minas Gerais. Nessa trajetória se estabeleciam no Planalto com a finalidade de descansar e realizar o comércio no povoado que se denominava, em 1693, “Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais”³.

A população, que compunha a “Vila”, era de agricultores, criadores de gado e pessoas que recebiam terras das Colônias Espanholas. Foi em decorrência desse fato que grandes fazendas caracterizavam a estrutura fundiária da época, tendo como centro das atividades econômicas o predomínio da pecuária, aliada ao comércio. Essa estrutura fundiária foi determinante no processo de formação e urbanização da cidade.

A Vila, criada em 1693⁴, foi elevada à categoria de cidade em 1842 e transformou-se em Capital da Província do Paraná em 1854⁵. A população era composta de 5819 habitantes no ano de 1850⁶, duplicando o crescimento de sua população a cada vinte anos (Costa, 1981, p. 168). A contratação de Taulois para “endireitar” as ruas da cidade⁷, em 1854, marcou o início do planejamento urbano de Curitiba.

Em 1895, foi elaborado o primeiro Código de Posturas, que corresponde à atual Lei Orgânica do Município. Suas diretrizes eram: proibição de construção de casas de madeira no centro da cidade; determinação dos padrões construtivos;

³ Em 1654, foi construída uma capelinha de pau-a-pique, coberta de palha, para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Luz, trazida de Portugal, onde era venerada desde 1453 (Idem, ibidem, p.3).

⁴ Neste ano de 1693, no dia 29 de março foi fundada a cidade de Curitiba, com o nome de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, sendo nesse dia realizadas as eleições para administração da Vila, tendo como local a Igreja Matriz. Os cidadãos assinaram a ata de eleições dos juízes e vereadores, criando-se a justiça e a Câmara Municipal, único poder organizado na época. A Vila era formada por, aproximadamente, noventa famílias, sendo as casas de pau-a-pique cobertas com folhas de butiá (Idem, ibidem, p.31).

⁵ Neste ano Curitiba, no dia 26 de julho, recebe o título de Capital da Província do Paraná. Para adequar-se a essa nova condição, foi contratado o engenheiro francês Pierre Taulois, primeiro urbanista oficial da cidade. Propôs várias modificações na cidade, principalmente “endireitar” as ruas. Até aquela data só havia duas ruas retas na cidade (CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. 1996, p.34).

⁶ Nesse ano, ocorreram fatos que possibilitaram que a população de Curitiba se modificasse: a Lei de Terras; término do tráfico de escravos e a política migratória (Idem, ibidem, p. 34-35).

⁷ Fato ocorrido quando da emancipação política do Paraná, sendo que para Curitiba receber o título de capital da província do Paraná, houve a exigência, por parte do governo Imperial, que fossem realizadas

calçamento das ruas centrais e substituição dos bondes de tração animal (mulas) por bondes elétricos. A elaboração desse Código de Posturas trouxe a modernização no planejamento urbano da cidade ao realizar modificações na infra-estrutura urbana de Curitiba.

Em 1919, foi elaborado o segundo Código de Posturas, priorizando a circulação de veículos e o alargamento das ruas, constituindo-se uma nova planta de Curitiba. Registrou-se, nesse período, a existência da primeira política de organização urbana espacial, com o planejamento do que corresponde atualmente à região central de Curitiba⁸.

No período entre 1930⁹ e 1960¹⁰, em regiões ainda próximas ao centro da cidade, surgiram novos bairros, indo a população pobre de Curitiba residir nas áreas mais distantes. A especulação imobiliária também contribuiu para a expulsão dessa população pobre do centro da cidade, buscando alternativas de moradia nas regiões mais distantes do centro da cidade, sendo atraída pela oferta de terrenos em loteamentos populares. Fato que acelerou a formação dos bairros e o surgimento da periferia em Curitiba¹¹.

reformas no seu espaço urbano. Registrou-se como iniciativa para adequar Curitiba a sua nova condição de capital do Paraná e como primeira ação de planejamento urbano da cidade (Idem, ibidem, p. 35).

⁸ O planejamento iniciado por Taulois resultou na primeira Carta Topográfica de Curitiba, em 1857, com a modificação das ruas a cidade e aponta para uma forma quadrilátera, com cruzamentos e ângulos retos e bem definidos, evidenciando alguma preocupação com a circulação dentro da malha urbana. O primeiro Código de Posturas, que corresponde à atual Lei Orgânica do Município, foi elaborado em 1895. Em 1905, foi criada a Lei que determina padrões construtivos, pautada pelo objetivo de urbanizar, higienizar e embelezar a cidade, alargando ruas, criando praças e retirando os pobres das regiões centrais. Tal política de planejamento da cidade, gerou um impacto social de expulsão da população atingida, em decorrência das modificações planejadas (Idem, ibidem, p. 41).

⁹ Nesta década, as funções da cidade são hierarquizadas em três zonas: Zona I - Central com comércio e moradias de alto padrão; Zona II - Fábricas e moradias para operários mais qualificados e Zona III - moradias de operários menos qualificados e pequenos sítiantes (Idem, ibidem, p. 43).

¹⁰ A população de Curitiba, neste ano, era de 361.309 habitantes, dobrando em dez anos (Idem, ibidem, p. 45).

¹¹ Em 1928, Curitiba apresentava 45 edifícios públicos, 30 igrejas, 240 ruas com denominação oficial, 13 alamedas, 23 avenidas, 25 praças, 10 largos e 10 travessas. Implantou-se a circulação de ônibus convencionais; a Companhia de Força e Luz foi responsável pela exploração através de linhas regulares. Destacamos que, se em 1920, a população de Curitiba era de 78.986 habitantes; 1940 o Censo Demográfico registrou 127.278 habitantes (Idem, ibidem, p.42).

2.1.2 - Período dos anos quarenta aos anos noventa

Na década de 1940, o Paraná incorporou, na sua política econômica, a produção da cultura do café, como resultado da expansão do capital nacional atento à competitividade estabelecida pelo mercado internacional. Atividade iniciada pelos cafeicultores paulistas, essa cultura se expandiu, ultrapassando os limites de São Paulo em direção ao Norte do Paraná. O Estado passou a ser um dos maiores produtores de café do país, tornando-se uma de suas principais atividades econômicas.

A cultura do café possuía uma tipologia na forma de ocupação do solo agrícola, baseada numa colonização¹² de caráter privado. A produção dessa cultura exigia a utilização intensiva de mão-de-obra, absorvendo grande e crescente contingente de trabalhadores paranaenses e de outros Estados do país. Possibilitou a expansão das fronteiras agrícolas do Paraná e dos centros urbanos que funcionavam diretamente ligados à dinâmica dessa atividade.

Curitiba, nas décadas 40/50, acompanhou o crescimento urbano do Sudeste do país, passando por um surto de expressivo crescimento. As taxas de crescimento urbano demonstravam tendência positiva em torno da média de 7,1%, estimando-se, na época, uma população de 180.575 habitantes.

Nessa década, registrou-se a elaboração do primeiro plano urbano da cidade - Plano Agache¹³ - Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, sendo concluído em 1943. Até meados dos anos 60, foi instrumento norteador do

¹² Os proprietários de terras agrícolas com algum capital compravam lotes - pequenos e médios - dedicados ao cultivo, com fins comerciais. Tais loteamentos se localizavam nas proximidades dos centros urbanos de consumo, facilitando o desenvolvimento da atividade produtora de café.

¹³ Destacamos que o Plano Agache foi realizado pelo Empresa Coimbra Bueno & Cia. SP, contratada para esse fim, que repassa para o arquiteto francês Alfred Agache a responsabilidade de elaborar o plano urbanístico de Curitiba. A necessidade de modernização da cidade, a partir da década de 40, deve-se ao fato de que até essa década Curitiba era apenas uma pequena cidade provinciana, tendo em vista o crescimento da economia cafeeira do Norte do Estado. Novos investimentos são realizados na capital, que passa a requer uma transformação em sua estrutura urbana, constituindo-se as bases da necessidade de um planejamento urbano, como forma de intervenção no conjunto da cidade (Curitiba, op.cit., 43).

planejamento urbano da cidade em sua totalidade. Esse Plano¹⁴ já mostrava preocupação com a qualidade do meio ambiente urbano.

O Paraná, nas décadas de 50/60, registrou acentuadas alterações em relação ao seu desenvolvimento econômico industrial, diante dos reflexos da política econômica nacional, caracterizada pela abertura para o mercado internacional, ao criar condições para a entrada de capital estrangeiro, através da implantação de indústrias¹⁵ no Brasil.

O processo de industrialização no Paraná, nessas décadas, teve a participação de outros fatores como: a oscilação da política mercantil do café, determinada pelo governo federal; os eventos danosos à produção agrícola: geadas e o grande incêndio ocorrido no Paraná, em 1963. A consequência para a economia do Estado foi o desaquecimento da atividade cafeeira, com a introdução das grandes plantações de soja no interior do Paraná, gerando transformações significativas na estrutura agrária, com a mecanização e generalização de técnicas na agricultura, implementando novas relações de produção.

Esse fato desempregou numeroso contingente de trabalhadores. Expulsa do campo, essa mão-de-obra tomou a direção dos centros urbanos, atraída pela oferta de trabalho nas cidades, determinando novo ritmo e padrão de urbanização¹⁶ no Paraná. A concentração fundiária e a proletarização dos

¹⁴ O Plano Agache propunha ações de saneamento básico, descongestionamento de vias, com alargamento de ruas, constituição de sistema radial de vias ao redor do centro e a divisão da cidade em zonas específicas: habitação, indústria, comércio, centro cívico, centro universitário. Esse Plano representou, no contexto da trajetória do planejamento urbano da cidade, um processo de modernização que se desenvolveu pelas duas décadas seguintes. Nesse período, ocorreu a implantação e construção de obras culturais significativas e de embelezamento da cidade, como foram as obras de construção do Centro Cívico, prédio da Biblioteca Pública, monumento da Praça 19 de dezembro, idealização do Teatro Guaíra (Idem, ibidem, p. 43).

¹⁵ O setor capitalista-industrial se fortaleceu com a instalação de indústrias de bens de consumo duráveis: automóveis, eletrodomésticos; bens de capital: máquinas, equipamentos e bens intermediários: siderúrgica, produtos químicos, de borracha, papel.

¹⁶ O estudo de Singer sobre "Economia Política de Urbanização", fornece subsídios para a compreensão dessa problemática na sociedade brasileira e afirma que os fatores de migração são decorrentes "da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, que acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de empregos" (Paul Singer, 1987. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense).

agricultores constituíram-se elemento determinante para explicar o êxodo rural¹⁷, ocorrendo de forma mais acentuada em direção à capital, Curitiba, registrando o maior crescimento relativo¹⁸ entre as capitais brasileira, nos anos 70 e contribuindo na formação dos municípios e expansão da Região Metropolitana¹⁹.

A expansão capitalista-industrial do Estado ocorreu a partir de Curitiba, que tinha como base econômica o ramo industrial de empresas de pequeno e médio porte, vinculadas principalmente às indústrias dedicadas à produção de alimentos, minerais não-metálicos, indústrias do setor de madeira e de produção de móveis. Transformou-se no primeiro pólo industrial do Paraná, fortalecendo-se a partir da década de 70. Essa industrialização configurou a mudança do eixo econômico no Paraná, gerando impactos significativos como o surgimento da classe operária industrial do Estado.

A década de 60 possibilitou a ocorrência de alterações significativas no processo do planejamento urbano de Curitiba²⁰. As transformações implantadas atribuíram à cidade a condição de paradigma de modernidade urbana no país. As diretrizes estabelecidas pelo Plano Agache determinaram as condições prévias necessárias para as modificações urbanas realizadas na cidade.

¹⁷ A região Norte do Paraná teve redução da população rural em 45%, passando de 2.523 mil habitantes para 1.388 mil, registrando uma variação absoluta negativa de 1.135 mil habitantes (Ippuc, 1985).

¹⁸ “na década de 60, Curitiba e o Paraná ainda apresentavam elevadas taxas de crescimento: 5,2% e 4,8%, respectivamente. No entanto, em 1970, o Estado registrou uma violenta queda do ritmo de expansão, mas Curitiba manteve o registro na década anterior” (Ippuc, 1995).

¹⁹ A Região Metropolitana de Curitiba, foi instituída pelo governo federal em 1973, juntamente com outras oito regiões do país, através da Lei Complementar n.º 14. Composta por quatorze municípios, ocupa uma área de Aproximadamente 8.454 km², o que corresponde a 4,55% da área total do Estado do Paraná. Na década de 80, foi a região que apresentou maiores índices de crescimento populacional, comparada com outras regiões metropolitanas brasileiras (Clovis Ultramari e Rosa Moura. (org.). 1994. *Metrópole - grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparides, p. 5).

²⁰ Esse período histórico do planejamento urbano dividiu-se em duas fases (Iuperj/Minter, 1973). Cada fase caracterizou-se por: Fase I - 1962 a 1966 - institucionalizou a decisão de planejamento e criação de instrumentos para viabilizar esse planejamento. Nessa fase, se constituíram agências, planos, órgãos e grupos de acompanhamentos, como Codepar, Urbs, Plano Preliminar, Plano Diretor, Serete/Jorge Willeim, Grupo Local de Acompanhamento e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - Ippuc. Essa fase culmina com a aprovação, pela Câmara Municipal, do Plano Diretor, tendo como diretrizes o crescimento de forma ordenada da cidade, seguindo três funções básicas - uso do solo, transporte de massa e sistema viário. Fase II - 1966 a 1970 - caracterizou pelo conflito entre o Ippuc e a administração municipal, conhecido como a sendo período da “geladeira do Ippuc”. Encerra essa Fase o dado censitário de que Curitiba apresentava um população de 609.026 habitantes (Curitiba, op. cit., p. 47).

Na década de 70, o processo de urbanização propagou-se por todo o Estado, fazendo com que 50% da população do Paraná passasse a residir nas cidades. Processo constituído por três aspectos – propagação da urbanização por todo o Estado; intensificação do deslocamento da população rural e urbana em direção às cidades com mais de 50 mil habitantes e formação de concentração urbana em pontos específicos do Estado (Moura e Magalhães, 1995, p. 5). Esse padrão de urbanização não contrastou com o padrão de urbanização brasileira dos anos 60. Sua singularidade foi a velocidade e intensidade com que ocorreu a formação desse fenômeno urbano.

A Região Metropolitana de Curitiba, nos anos 70, foi o principal pólo de atração populacional do Paraná²¹. Vários fatores determinaram esse processo como: - o elevado preço do solo em Curitiba; - existência de legislação de uso do solo flexível nos municípios da Região Metropolitana; - grande oferta de terrenos, em loteamentos populares nas áreas contíguas a Curitiba. Em muitos casos, essas áreas estavam localizadas em reservas dos mananciais de abastecimento de água potável de Curitiba e região. Tais fatores induziram a expansão da cidade para além de suas fronteiras, caracterizando a formação da periferia da cidade e a configuração da segregação espacial e social da população residente nessas localidades.

No transcorrer da década de 70, o processo de industrialização, em Curitiba, se reorientou e dinamizou intensivamente. Seu impacto interferiu na política de planejamento urbano da cidade. O poder público, na metade dessa década, incluiu em seus objetivos políticos e sociais a criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC²².

²¹ Foi a região metropolitana que mais cresceu no país, com 5,8% a.a.. Mesmo apresentando um declínio de 3,0% a.a. na década seguinte, manteve um crescimento na participação na população total do Estado de 19% em 1980 para 24% em 1991. Essa dinâmica de ocupação ocorreu inicialmente, entre 1970 a 1980, com a ocupação dos municípios limítrofes ao pólo e no período seguinte, de 1980 a 1991, registrou-se a ocupação dos municípios mais distantes de Curitiba ((Rosa Moura e Marisa Valle Magalhães. Leitura do padrão de urbanização no Paraná nas duas últimas décadas. In: Iparides. *Revista paranaense de desenvolvimento*, no. 82. Curitiba: Iparides, 1994, pp. 9-10).

²² Lançada em 19 de janeiro de 1973 a CIC, destinou-se à instalação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, caracterizou-se por infra-estrutura moderna com avançado sistema de telecomunicações e adequadas condições de transporte para seus produtos, sendo preparada para atender ao mercado. A implantação das indústrias seguiram o padrão técnico e econômico dos pólos industriais mais avançados, como indústrias de ponta, baseadas em alta tecnologia e elevados níveis de produtividade, objetivando atender à demanda do mercado interno e internacional.

Esse processo alterou a composição das classes sociais em Curitiba. Pode-se afirmar que ocorreu o início de formação da classe operária no sentido clássico da mão-de-obra assalariada, ampliando-se o número de trabalhadores nas atividades do setor financeiro, industrial e comercial.

A expansão industrial de Curitiba e sua modernização geraram contradições entre a demanda, exigindo mão-de-obra altamente qualificada que empregava moderna tecnologia e a oferta de trabalhadores sem qualificação profissional. Ao chegarem a Curitiba, grandes levadas de trabalhadores migrantes, à procura de trabalho e despreparados para exercerem as atividades da indústria moderna, contribuíram para o aumento do setor terciário da cidade²³.

A terceirização criou condições de sobrevivência dos trabalhadores que não conseguiam integrar-se ao mercado de trabalho, estabelecido por esse padrão industrial urbano, através, principalmente, das atividades de prestação de serviços. Englobam várias atividades, entre as quais, aquelas que se caracterizam como subemprego e desemprego disfarçado. Nesse contexto, configurou-se a composição de classe do grupo social em que estão inseridos os moradores da Vila Sagrada Família, em Curitiba. São constituídos, em sua grande maioria, por trabalhadores dos setores da construção civil, madeireiro, do comércio, da limpeza e vigilância...

No período que foi da metade da década de 70²⁴ e no transcorrer dos anos 80, o planejamento urbano²⁵ de Curitiba, teve como objetivo “equipar a cidade” de

²³ Quanto à participação da população nos setores de atividades econômicas, foi no setor terciário que ocorreu a maior concentração da PEA, embora dados oficiais do Ippuc esclareçam que “o maior crescimento relativo entre 1970 e 1980 tenha sido observado no setor secundário da economia. Assim, cerca de 280 mil pessoas estão, em 1980, integradas no setor terciário, 126 mil no setor secundário e apenas 3.231 nas atividades primárias... cabe destacar as atividades com maior contingente populacional. No setor secundário, a indústria de transformação foi responsável pela absorção de 80 mil trabalhadores, cerca de 20% do PEA. No terciário, destacam-se as atividades de Prestação de Serviços, com 97 mil pessoas, 24% das quais (35 mil) mulheres, seguida do setor de Atividades Sociais com 45 mil trabalhadores, com expressiva participação feminina equivalente a 31 mil mulheres” (Ippuc, 1985).

²⁴ Fato a ser destacado, nesse período, foi o surgimento das favelas de forma mais intensiva em Curitiba, expresso pelo adensamento progressivo dos núcleos de favelas, a ex. da Vila Pinto e Favela do Valetão.

²⁵ Esse período demarcou, no planejamento de Curitiba, a Fase III - 1970 a 1974 - caracterizando-se pela implementação do planejamento urbano. O Ippuc passou a assumir a função de pesquisar e planejar, coordenar e gerir a implantação do Plano Diretor, quando ocorreu a institucionalização do planejamento urbano e em decorrência a legitimação do Ippuc, enquanto órgão gestor desse processo de organização espacial da cidade.

estrutura adequada ao contexto de modernidade urbana (Oliveira, 1994), tendo como diretriz dotar a cidade de instrumentos urbanos na áreas de recreação, educação, terminais de transportes e abastecimento²⁶.

Na década de 80, a conjuntura da economia brasileira caracterizou-se por um período de estagnação de crescimento das atividades nos diversos setores. O Paraná, sob o impacto dos efeitos da conjuntura econômica nacional e internacional, registrou tendências diferentes quanto ao seu crescimento econômico. Tais tendências oscilaram entre um movimento de perdas e ganhos de participação relativa do Paraná na economia nacional (Rolim, 1995, p. 60).

As atividades vinculadas ao setor da agricultura foram responsáveis por que o Paraná mantivesse, mesmo diante dessa dinâmica econômica oscilatória, sua base de sustentação econômica no plano nacional. Esse setor acompanhou a modernização e expansão da agroindústria nacional, marcada pelas crises. A introdução da cultura de soja nesse cenário agrícola apresentou transformações qualitativas na economia paranaense.

A década de 80 o Paraná manteve a estrutura agrária de concentração da terra, já presente na década de 70, reduzindo ainda mais o número de proprietários rurais, aprofundando o processo de exclusão e concentração fundiária. O desenvolvimento do setor industrial, caracterizou-se por duas tendências: - pela presença de transformações significativas em direção às atividades industriais mais modernas e dinâmicas; - pela concentração dessas atividades na Região Metropolitana de Curitiba.

A expansão do capital industrial nacional em direção, especialmente, à Região Metropolitana de Curitiba e às transformações ocorridas na produção

²⁶Nessa década ocorreu a implantação de vários projetos importantes, como o sistema de transporte coletivos, restauração e preservação histórica, projetos de embelezamento e paisagismo, estabelecendo um padrão urbanístico, instalação de áreas de lazer, ciclovias, parques, bosques, constituindo uma imagem de Curitiba como a cidade modelo em planejamento urbano, de cidade que “deu certo”, promotora de soluções urbanísticas inovadoras, a exemplo dos “setores estruturais” e do “calçadão” da Rua das Flores - primeira via de pedestre do país.

agropecuária, modificaram o perfil industrial do Paraná, ao longo dos anos 80 e início dos anos 90²⁷. Essa Região concentrou o melhor índice de competitividade, dinamismo e modernização no setor industrial do Estado. Contribuiu com mais de 50% da produção estadual, sendo palco de transformações importantes na estrutura industrial do Paraná.

O papel dinamizador dessas transformações no processo de urbanização²⁸ foi significativo. Ocorreu crescimento nas fronteiras de expansão localizadas nas áreas de maior concentração das atividades econômicas paranaenses. Registrou-se crescimento da Região Metropolitana de Curitiba e principais cidades do Estado.

Curitiba, como pólo metropolitano, parou de crescer a partir de 1980, reproduzindo o fenômeno ocorrido nas demais regiões metropolitanas brasileiras. Após período de crescimento concentrado na cidade-pólo, passaram a ter intensificado o crescimento nos demais municípios da região.

Vale ressaltar que o crescimento dos centros urbanos, concentrando espacialmente a população urbana, está associado a condicionantes determinadas pela concentração das atividades econômicas, caracterizando um perfil no padrão de urbanização da cidade. A distribuição da população acompanha a distribuição espacial das atividades econômicas, tendo em vista que, nesse espaço, estão localizadas as melhores oportunidades de trabalho e, portanto, de renda, possibilitando uma melhoria de qualidade de vida da população aí alocada.

A interpretação do contexto econômico do Paraná, nos anos 90, torna-se precária, tendo em vista a própria debilidade da base de dados produzidos, dificultando a consistência analítica e dando lugar a indicação de possíveis tendências. Essas tendências tiveram como sustentação as diretrizes da política econômica

²⁷ A participação da indústria paranaense na brasileira permaneceu na década de 80 em torno de 4,5%.

²⁸ Nessa década, o número de municípios do Estado, com mais de 20 mil habitantes, aumentou de vinte municípios, nos anos 70, para quarenta, nos anos 80. A população do Paraná, na década de 80, apresentou taxas de crescimento decrescente de 5,8% a.a. em 1970 para 2,7% a.a. na década de 80 (Cássio Frederico Camargo Rolim. 1994. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, no. 82, p. 76).

nacional, que na década de 90, caracterizaram-se pela turbulência na esfera política, com mudanças repentinas de governos, eleição, plano econômico, abertura comercial, tendo o neoliberalismo e a globalização como norteadores do cenário econômico nacional. Como tais fenômenos ainda são muito recentes, torna-se difícil analisá-los em sua totalidade (Rolim, 1995, p.78).

No final da década de 80 e início dos anos 90, o Paraná, sob o impacto dessa conjuntura político-econômica nacional, passou por profundas transformações em sua estrutura produtiva. A agropecuária perdeu peso na composição do produto, o setor industrial, em ascensão, registrou um grande avanço do setor terciário, que representava 51,76%, no início dos anos 80 e no final desse ano. A expansão do setor terciário, apresenta-se como tendência mundial, atribuída à complexidade das novas funções decorrentes da expansão da urbanização, potencializadas nas grandes cidades (Moura e Magalhães, 1996).

O setor da agropecuária²⁹ do Estado, no início da década 90, ainda sob o impacto da profunda crise dos anos 80, registrou crescimento na produção de algumas culturas(soja e cana-de-açúcar). O governo estadual, com pouca atuação e reduzida capacidade de intervenção nos problemas que afetam a agricultura paranaense, convive com a insegurança determinada pelas variáveis da política agrícola do governo federal que, de acordo com determinadas medidas estabelecidas, a exemplo da política cambial ou de crédito, podem inviabilizar a produção de uma cultura específica.

No setor da indústria paranaense, a década de 90 apresentou, como determinações, as tendências identificadas no plano da economia urbano-industrial brasileira, tendo como base de seu desenvolvimento a expansão e crescimento do capital nacional e internacional, na era da globalização da economia.

²⁹ Esse setor de atividade da economia paranaense continuou marcado por contradições como: existência dos chamados “agricultores modernos” e dos excluídos do processo de modernização tecnológica no campo; da agricultura empresarial à agricultura familiar, apresentando diferentes graus de assimilação do progresso tecnológico; da produção de alimentos à produção de insumos industriais, sem considerar, ainda, a presença dos marginalizados bóia-frias, menores trabalhadores e amplo contingente de pequenos e médios produtores, na iminência de serem inviabilizados economicamente (Idem, ibidem, p.80).

O crescimento econômico e demográfico do Paraná ocorreu, na Região Metropolitana de Curitiba, seguindo a Região Metropolitana de São Paulo, como ponto de expansão, tornando-se responsável pela inserção do Paraná na economia urbano-industrial brasileira. Palco das principais transformações industriais ocorridas no Estado, desenvolveu estrutura industrial desligada da base agro-industrial, tendo como referência os segmentos modernos da indústria, voltados para o mercado nacional e internacional.

Os problemas apresentados pelo setor industrial paranaense colocaram-se na necessidade de oferta de novos empregos e manutenção da competitividade, sendo condição para o ingresso na economia nacional e mundial e problema para o mercado de trabalho³⁰.

A trajetória de expansão econômica do Paraná assumiu a direção de dois grandes blocos, um formado na dimensão das atividades agropecuárias e outro na esteira de expansão da economia urbano-industrial brasileira. Esse fenômeno, iniciado na década de 70, resultou do processo geral da divisão espacial do trabalho no Brasil, onde o Paraná apresentou um conjunto de vantagens favoráveis³¹ para viabilizar a desconcentração do capital nacional e internacional.

A desconcentração populacional das áreas metropolitanas brasileiras, na última década, é confirmada pelo resultado do último Censo Demográfico que evidenciou taxas de crescimento decrescentes nas metrópoles. No caso do Paraná, a desconcentração da metrópole de Curitiba está em processo, ocorrendo em ritmo mais acentuado em direção aos municípios da área metropolitana de Curitiba. Já em São

³⁰Ressalte-se que a situação de desemprego, em Curitiba, não difere das principais capitais brasileiras. Em março de 1996, a situação era que: "Curitiba e Região Metropolitana registraram uma expressiva taxa de desemprego de 13,5% da população economicamente ativa, o que corresponde a 137 mil pessoas sem trabalho. O número de desempregados vem aumentando rapidamente, pois em 1995, o índice médio foi de 11%. A queda no nível de emprego é acompanhada pelo crescimento do subemprego e das atividades ligadas ao setor informal da economia" (Jorge Miguel Samek, 1996. *A Curitiba do terceiro milênio*. Curitiba: Editora Palavra, p.112).

³¹ "dentre elas sobressaem a situação geograficamente privilegiada - uma espécie de ponto médio entre os mercados consumidores e fornecedores industriais do país e os centros compradores do Mercosul e as condições de infra-estrutura, adequadas e modernas, na área de telecomunicações e energia elétrica (Gilmar Mendes Lourenço e Igor Zanoni Constant Carneiro Leão. Tendências de economia brasileira e paranaense - 1995 - 2005. In: Ipar-des. *Revista paranaense de desenvolvimento*, no. 82. Curitiba: Ipar-des, 1995, p.115).

Paulo, a tendência indica que a desconcentração industrial procura novas economias de aglomeração.

A modernização das relações urbanas presentes nas atuais cidades caracteriza-se pelo avanço tecnológico, através dos sistemas de comunicações, das relações de internacionalização do mercado de bens e de serviços, da expansão de novas formas de consumo, mas apresenta um contexto marcado pela contradição entre o acesso ao moderno e a problemática da segregação (Moura e Magalhães, 1996, p.20).

Nesse atual contexto de globalização, os centros urbanos apresentam como marca a exclusão de uma parcela significativa da população, fazendo com que haja dificuldades na erradicação do quadro de miséria e pobreza. Esse quadro de agravamento das carências, em números absolutos, concentra-se nas áreas de periferia dos grandes centros urbanos, exigindo soluções locais e criativas diante da problemática de sustentabilidade da cidade.

Os impactos da urbanização, no caso da Região Metropolitana de Curitiba, não diferem dos demais centros urbanos brasileiros. Provocaram problemas ambientais determinados pelas ocupações urbanas e outras atividades de uso sobre as áreas reservadas aos mananciais de água potável. O fato compromete tanto o abastecimento de água de Curitiba e região, como coloca sob riscos a população moradora nestas áreas sujeitas a inundações, desmoronamentos e doenças, gerando condições de comprometimento de sustentabilidade da cidade e da região.

O planejamento urbano de Curitiba, na década de 90, repaginou o antigo projeto de modernidade urbana, ao adquirir versão atualizada. Expressou caráter humano, racional e contínuo, foi reorientado, buscando enfatizar as realizações de ordem estética, priorizando a política voltada para o meio ambiente.

O atual planejamento urbano de Curitiba encontra-se comprometido, requerendo revisão urgente do Plano Diretor³² da cidade, na medida que:

Curitiba convive com problemas típicos das grandes metrópoles: racionamento de água, condições de saneamento inadequadas, trânsito congestionado, violência crescente, favelas e moradias em áreas de risco. A cidade vem crescendo de forma rápida e desordenada. Isto sinaliza para a urgência da revisão do seu Plano Diretor... O atual Plano Diretor foi concebido numa época que Curitiba tinha aproximadamente 400 mil e a sua malha urbana não estava conectada às cidades da região metropolitana. (Samek, 1996, p. 75)

Esse Plano Diretor, completamente ultrapassado, sofreu o impacto recente da instalação das montadoras localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, provocando transformações na organização do espaço e nas relações urbanas da região, comprometendo as condições de sustentabilidade e representando um desafio para a manutenção da qualidade de vida da população de Curitiba e municípios vizinhos.

O planejamento do desenvolvimento urbano metropolitano, realizado pelos órgãos responsáveis por essa área do poder público, atribuía à parte leste de Curitiba e Região Metropolitana a vocação principal de fornecimento de água de boa qualidade para o abastecimento público. Os planos elaborados para uso da região subordinaram-se à prioridade estabelecida, consolidaram essa orientação de utilização da região, reconhecendo a legislação vigente³³ na ocasião.

³² A revisão do Plano Diretor é colocada como exigência da Constituição Federal de 1988 e da própria Lei Orgânica do Município.

³³ A legislação vigente que regulamenta o uso da região são as seguintes: 1) Lei n.º 8935, de 7 de março de 1989 (Lei Estadual) - "Dispõe sobre os requisitos mínimos para águas provenientes de bacias de mananciais destinados ao abastecimento público e adota providências", no seu Art. 3º "São proibidas as instalações nas bacias de mananciais das seguintes atividades ou empreendimentos que possam vir a agravar o problema de poluição: I - Indústrias altamente poluentes; II - Parcelamento do solo de alta densidade". 2) Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, no seu Art. 10 "A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar, sob qualquer forma, degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente." 3) Portaria Normativa 01 do Conselho Nacional de meio Ambiente (Conama), de 04 de janeiro de 1990 - normatiza o licenciamento ambiental. 4) Resolução Conama 001 de 23 de janeiro de 1986 - estabelece critérios para a realização do estudo Prévio de Impacto Ambiental e RIMA. 5) Resolução 006 do Conama de 6 de setembro de 1987 - complementa a regulação dos pedidos de licença. 6) Resolução 009 de 3 de janeiro de 1987 - regulamenta a Audiência Pública. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar. 1998.

As diretrizes do planejamento urbano de desenvolvimento, destinando essa parte da Região Metropolitana, como reserva dos mananciais de abastecimento de Curitiba e região, o arcabouço legal vigente, garantindo a preservação e proteção desses potenciais de abastecimento hídrico, a legitimidade de prioridade de uso da região, foram reconhecidas por instituições internacionais financiadoras do Prosam - Programa de Saneamento Ambiental. Esses três aspectos não foram suficientemente significativos para impedir os interesses colocados pela expansão do capital industrial brasileiro e internacional, ao definir a Região Metropolitana de Curitiba como "locus" privilegiado de instalação de um parque industrial na região, visando atender a construção de uma montadora, dentro da Bacia do Alto Iguaçu, principal manancial de abastecimento de Curitiba e região.

Cabe destacar o papel desempenhado pelo poder público³⁴, ao assumir claramente a sua função de agente de desenvolvimento, privilegiando o capital privado, abdicando de sua função de proteger o interesse público, no caso, a proteção ao patrimônio natural, bem coletivo - as reservas de mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba.

³⁴ A instalação dessa fábrica e a implementação das atividades econômicas agregadas ao seu empreendimento industrial, representam para o desenvolvimento econômico do Paraná um incremento significativo na expansão do processo de industrialização do Estado. O Paraná venceu uma intensa disputa entre vários estados brasileiros pretendentes à instalação da fábrica. Cada estado ofereceu diversas vantagens, mas a escolha feita pela direção dessa montadora recaiu sobre a Região Metropolitana de Curitiba, tendo em vista as vantagens oferecidas pelo Governo do Estado - isenções tributárias, infra-estrutura, participação de capital local, inclusive público, em torno de R\$ 400 milhões, inclusão de adendo "verde" - a área destinada a instalação da fábrica estaria livre de poluição, constituindo-se em um "distrito industrial ecológico". Além dessas vantagens, pesaram as condições estratégicas de localização da região escolhida, situada na rota comercial do Mercosul e tendo proximidades com Porto de Paranaguá, facilitando as condições de exportação da produção para mercado internacional globalizado. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar.1998.

2. 2 – Curitiba: contexto sócio-ambiental

2.2.1 – recursos hídricos e saneamento ambiental

a) - água

A crise que atravessa o atual sistema de abastecimento de água de Curitiba, caracteriza-se, em um dos seus aspectos, pelo racionamento de água na cidade. O drama, quanto ao racionamento de água, é vivido quase a cada o verão, estação em que ocorre maior consumo de água por parte da população. O problema do sistema de abastecimento de água não está na expansão da rede de ligações de água por residência, mas na capacidade de abastecimento dessa rede. Registra-se o índice de 99,6% como taxa de ligação de água de rede nos domicílios existentes na Região Metropolitana de Curitiba³⁵, mas mesmo assim, falta água na torneira da população de Curitiba.

O déficit no abastecimento de água de Curitiba está relacionado ao processo de produção do atual sistema³⁶ de captação e tratamento da água gerenciado pela Sanepar. Uma série de obras³⁷ para captação de água têm sido realizadas nos últimos dois anos, visando equacionar a crise do sistema, a exemplo das obras para ampliação da captação do rio Iraí, com a construção da Barragem do Iraí, prevista para 1998,

³⁵ “Indicadores de Desenvolvimento e Medidores de Qualidade de Vida em Curitiba”, de 1995. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar.1998.

³⁶ Os mananciais que formam o atual sistema de abastecimento de Curitiba são constituídos pelos rios - Rio Iraí - 800 l/s; Rio Iguaçu - 3.400 l/s; Rio Passaúna - 1.700 l/s; Projeto Karst- 600 l/s. A produção total de abastecimento fornecida por esse sistema não responde à demanda de consumo de água necessária para a população de Curitiba e região. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar.1998.

³⁷ A previsão do poder público para o ano 2000, é de que sejam realizadas obras para colocar em funcionamento o sistema da Barragem Piraquara II - 200 l/s. Para o ano 2004, o sistema de Barragem Pequeno - 1000 l/s e a Barragem Miringuava - 1600 l/s para 2008, possibilitando uma produção que resolveria a crise de demanda do consumo de água, normalizando o abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, em caso de se manterem as tendências atuais de crescimento de população. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar.1998.

vindo a aumentar a capacidade produtiva do sistema, Projeto Karst³⁸, amenizando a crise de abastecimento.

Ressalte-se que a ampliação prevista para o sistema de abastecimento de Curitiba e região, está diante de situação de possíveis riscos quanto ao comprometimento dos mananciais de abastecimento de água existentes na região, considerando que, nessa região, ocorreu a instalação de montadora de automóveis, implantação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais e construção das obras viárias do Contorno Leste de Curitiba.

A instalação dessa montadora, além do impacto direto, produzirá impactos indiretos, causados pela instalação, no mesmo local, de outras vinte empresas fornecedoras. Soma-se, ainda, a sua influência no processo de urbanização da região e estímulos econômicos para implantação de outros empreendimentos. Não há previsão dos prejuízos ambientais deletérios que serão causados nessa região de reservas de mananciais de abastecimento de água.

A construção do complexo viário, Contorno Leste³⁹, de acordo com o projeto original, terá traçado delineado para passar exatamente no “coração” das reservas de mananciais da região.

³⁸ O aquífero subterrâneo do Karst, esta localizado entre os municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, ao norte da Região Metropolitana de Curitiba. Sua produção amenizaria o problema do racionamento de água de Curitiba, mas existem problemas técnicos a serem equacionados para o seu funcionamento. Texto disponível na Internet: <http://www.samek.com.br/Capital/curitiba>, Curitiba Ecológica, em 10 mar.1998.

³⁹ Esse Contorno integra as obras de duplicação da rodovia São Paulo-Florianópolis, interligando a Br-116 no trecho entre o município de Quatro Barras e bairro do Pinheirinho - Ctba. Essa obra gerou um conflito técnico sobre o traçado do projeto viário entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e a Coordenadoria Metropolitana de Curitiba - Comec. A posição defendida pelo DNER foi um projeto do traçado do Contorno elaborado a mais de vinte anos, prevendo apenas o desvio do trânsito pesado no perímetro urbano da rodovia BR-116, enquanto a posição da Comec é de que o projeto do traçado devesse formar um anel de integração rodoviário da Grande Curitiba, unindo o Contorno Leste, ao Contorno Oeste e ao Contorno Sul, desviando todo o tráfego em direção a outros municípios e outros Estados. Outro aspecto de divergência está no fato de que o projeto do DNER prevê que o traçado do Contorno passe sobre os mananciais hídricos da Região Metropolitana - Rio Iguaçu, o que colocaria em risco o abastecimento de água de Curitiba e região. Destacamos que as duas propostas terão dois terços do traçado passando pela Bacia do Iguaçu, cortando áreas de proteção de mananciais (Jorge Miguel Samek, op. cit. pp. 91-92).

A instalação do Distrito Industrial do Município de São José dos Pinhais, modificando as finalidades de uso da região, irá contribuir para acentuar o impacto deletério às áreas de mananciais de abastecimento de água de Curitiba e região.

As condições futuras desse sistema de abastecimento de água encontram-se num contexto que prioriza o valor-de-troca, como regra do mercado, em que o valor-de-uso, expresso pelo princípio de qualidade de manutenção e sustentação coletiva da vida da população da região, não foi considerado. O valor-de-uso dos mananciais hídricos de Curitiba e região transformou-se numa mercadoria, agregando elevado valor-de-troca nas relações do mercado capitalista nacional e internacional.

b) – saneamento ambiental

b.1) - esgoto

O sistema de saneamento básico de Curitiba encontra-se em condições precárias, sendo a prioridade a ser resolvida pelo poder público como um dos principais problemas existentes na cidade⁴⁰. A realidade de Curitiba é de calamidade, no que se refere ao serviço de saneamento básico - como instalação de rede de esgoto, canalização de córregos, construção de galerias pluviais, entre outros. O próprio órgão gestor desse serviço – Sanepar - reconhece que apenas metade dos habitantes da cidade são atendidos pela rede de coleta de esgoto. 59,45% dos domicílios urbanos estão ligados à rede de esgoto e somente 26% do esgoto captado recebe tratamento adequado. A produção diária pelo sistema de esgoto aproxima-se de 300 mil metros cúbicos de esgoto sanitário, lançados, em sua maior parte, nos afluentes do rio Iguaçu (Samek, 1996, p. 154).

As regiões de periferia da cidade são as áreas mais penalizadas com a precariedade do sistema de saneamento, porque o poder público, sobretudo nas duas últimas gestões administrativas não destinou investimentos suficientes à realização de obras para setor de saneamento básico, preservação de fundos de vales, proteção de mananciais, recuperação de encostas, entre outras. A Região Metropolitana de

⁴⁰ O problema de saneamento básico foi apontado em pesquisa realizada pelo Jornal Folha de São Paulo de 13.5.96, como o segundo principal problema de Curitiba (Idem, ibidem, p.153).

Curitiba, especialmente aqueles municípios onde estão situadas as reservas de mananciais, registram cerca de 150 mil moradores, que possuem suas casas localizadas em cima das áreas de mananciais, convivendo com o risco⁴¹ constante de inundações, por estarem próximas às várzeas dos rios Belém e Iguaçu.

b.2) - resíduos sólidos

A forma de administrar, em condições favoráveis, os dejetos produzidos pela população, coloca-se como determinante privilegiada na relação atividade humana e o sistema ecológico. O fato transcende apenas o tratamento específico da gestão dos resíduos sólidos, remetendo a reflexão acerca dos meios e fins para atingir-se algum grau de sustentabilidade sócio-ambiental na cidade.

A produção diária de lixo em Curitiba e região metropolitana está em torno de 1000 toneladas por dia, das quais aproximadamente dois terços são produzidas em Curitiba. O sistema coletor do lixo produzido na região metropolitana apresenta deficiência para atender a população de 500 mil habitantes, que produzem 300 toneladas de lixo por dia.

Os riscos decorrentes dos resíduos sólidos produzidos em Curitiba são apontados no Relatório do Prosam, quando registra que um volume de 150 toneladas

⁴¹ Diante do quadro de precariedade constatado através de diagnóstico da situação principalmente do saneamento básico existente em Curitiba e Região Metropolitana e dos agravos dessa situação, projetados para médio prazo, o poder público estadual lançou, em 1992, na gestão do Governador Roberto Requião, o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana - Prosam, com financiamentos internacionais do Bird - Banco Interamericano de Desenvolvimento. O valor do investimento foi de US\$ 246,37 milhões, tendo o Governo do Estado que participar com 53% de contrapartida. O Prosam foi gerenciado pela Comec - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, realizando uma ação integrada com todos os órgãos públicos e instituições empenhadas na busca de soluções para os problemas ambientais colocados pela complexidade da realidade urbana. O Programa foi proposto visando "recuperação da qualidade ambiental e preservação de mananciais; - melhoria das características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto Iguaçu; - ampliação da oferta de recursos hídricos potáveis, mediante a regularização da vazão dos rios e o controle da qualidade dos mananciais; - ampliação da oferta de áreas destinadas à urbanização; - controle de cheias; - melhoria da qualidade de vida da população; - desenvolvimento de mecanismos institucionais e de mobilização social para garantir a melhoria da qualidade ambiental da região do Alto Iguaçu. Prosam teve seu cronograma de realização de obras atrasado, sendo necessário prorrogação de seu prazo, inicialmente previsto para ser entregue em 1997. Contou com uma série de suspeitas de irregularidades em relação aos encaminhamentos legais no processo de licitação das obras realizadas e para realizar obras importantes de saneamento e canalização terá que resolver o problema de 2.304 famílias que necessitam de realocação e indenização das áreas de abrangência do Programa (Idem, ibidem, p. 155).

de resíduos sólidos por dia são jogados no meio ambiente da cidade, não considerando o lixo industrial e as descargas provenientes das indústrias.

Outro risco, no gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade, está no fato de que “o lixo de Curitiba só mudou de endereço, passando da Lamenha Pequena para o aterro do Caximba. Por sua localização, na saída sul da capital, com acesso pela BR-166, assiste-se hoje ‘ao passeio do lixo’, encarecendo enormemente a operação do sistema de coleta” (Samek, 1996, p. 160). Destacam-se os programas alternativos de coleta de lixo reciclável. São, ainda, muito incipientes para contribuir de forma significativa na solução dessa problemática.

A produção de resíduos sólidos na cidade, como o acúmulo de lixo pela população, provocando enchentes e alagamentos, o grande número de ocupações urbanas em áreas de mananciais e o volume de lixo aí produzidos comprometem seus recursos naturais.

b.3) - situações dos rios e córregos

As situação de poluição dos rios e córregos existentes em Curitiba não difere da do contexto nacional e internacional em relação a essa problemática ambiental. A situação nacional apresenta-se com cerca de cem mil cursos de água comprometidos pela poluição. O representante da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente afirma, fazendo um alerta que, se não houver conscientização da população sobre essa problemática, deverá ocorrer uma crise internacional de falta de água.

Para comemorar o Dia do Rio - 24 de novembro - em Curitiba, os estudantes de escolas públicas da cidade e autoridades realizaram uma atividade de educação ambiental, com objetivo de sensibilizar a população sobre a situação dos rios de Curitiba. A atividade consistiu em organizar um ato de “dar um abraço” simbólico no lago existente no Jardim Botânico de Curitiba.

Todos os rios e córregos existentes nas microbacias da cidade - Barigüi, Passaúna, Atuba, Belém e Ribeirão dos Padilhas, incluindo a Bacia do Rio Iguaçu,

estão na condição de poluição. Os principais fatores de poluição são resíduos de agrotóxicos e a falta de saneamento básico.

O poder público municipal não tem dados precisos sobre a quantidade de rios e córregos existentes em Curitiba; há uma estimativa que de existam aproximadamente mais de cem cursos de água, sendo que, em levantamento realizado por entidades ambientalistas⁴², pelo menos quinze desses rios estão mortos, entre os quais estão: Rio Atuba, Ribeirão dos Padilhas, Rio Verde, Passaúna, Barigüi e Belém.

Os principais impactos ambientais sofridos pelos rios de Curitiba são a poluição pelo lixo, esgoto sanitário, lançamento de efluentes, resíduo industrial; retirada da mata ciliar, erosão e assoreamento, construções e invasões nas margens dos rios, ruas e ciclovias na faixa de proteção dos rios, mineração de areia, pecuária, dragagem dos rios e seus afluentes.

Em 1997, foi lançado pelo poder público municipal o Projeto Olho D'Água com objetivo de monitorar a qualidade das águas dos rios e córregos. Teve a participação de estudantes de quarenta e três escolas municipais, estaduais, Piás Ambientais, Universidade Federal do Paraná no Projeto; além de realizarem a coleta mensal das águas para controle da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fazem o acompanhamento da limpeza dos rios em quarenta e três pontos diferentes.

O Projeto Olho D'Água, embora sendo uma ação ambiental importante, não é suficiente como medida para solucionar os agravos ambientais existentes no sistema hídrico de Curitiba, havendo necessidade de elaboração urgente de uma política de gestão das bacias hídricas da cidade e região pelo poder público municipal.

⁴² Essas entidades são Rede Verde e Associação Xama.

c) – condições de saúde

A mortalidade da população de Curitiba, em 1993, teve como principais grupos de causas de morte: doenças do aparelho circulatório, com 34,50% do total de óbitos; neoplasias, com índice de 17,20%. Somados esses dois grupos atingem 50,00% do total de óbitos no município, sendo a população idosa a mais atingida por essas causas. O terceiro lugar está representado pelo grupo de causas externas, com 13,40% do total de óbitos; nesse grupo, o acidente de trânsito⁴³ é a causa mais comum, atingindo a população mais jovem, do sexo masculino e em fase produtiva (Ippuc, 1996, p. 4).

A mortalidade infantil funciona como um dos indicadores sociais que melhor expressa a qualidade de vida da população, ao refletir as condições de saneamento básico, moradia, distribuição de renda, saúde e educação. O coeficiente de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos. Nos países desenvolvidos, esse coeficiente foi reduzido, já nos países de terceiro mundo, os índices são elevadíssimos. A comparação entre tais índices evidencia uma discrepância na qualidade de vida da população desses países.

O coeficiente de mortalidade infantil brasileiro, mesmo ocupando posição intermediária, apresenta índices significativamente elevados, com média nacional de 54 óbitos para cada mil nascidos.

Já Curitiba apresentava coeficiente de mortalidade infantil de 22,65 óbitos para cada mil nascidos, em dezembro de 1993. O estudo realizado pela Unicef, em 1994, apontou, como causas da mortalidade infantil, a falta de saneamento básico e a desnutrição, indicando que 15 mil crianças, de zero a seis anos, encontram-se em situação de risco, em Curitiba. O contraste entre o coeficiente de mortalidade infantil de Curitiba com alguns municípios limítrofes da Região Metropolitana é calamitoso, como no caso de Rio Branco, coeficiente 78,15; Almirante Tamandaré coeficiente 61,39; Colombo, 57,91 e Piraquara, com 57,66. Na realidade, esses municípios constituem-se na expansão da periferia de Curitiba, sendo que a

população pobre e em péssimas condições de vida foi “exportada” para essa região, vindo a contribuir para a existência do elevado coeficiente de mortalidade infantil, nesses municípios (Samek, 1996, pp. 145-146).

A política municipal de saúde de Curitiba terá que avançar em vários aspectos no que se refere à qualidade ambiental da vida da população moradora, principalmente nos bairros de periferia da cidade, destinando recursos e investimentos que garantam a melhoria das condições de saúde dos moradores de bairros. De acordo com pesquisas de opinião, a atenção à saúde coloca-se com uma das maiores preocupações da população de Curitiba, expressando que o poder público municipal deixa muito a desejar nas ações de serviço de saúde na cidade.

d) - habitação

A expansão de crescimento registrado em Curitiba, nos últimos anos, reflete a problemática, sobretudo no que foi o centro da polêmica da Conferência de Istambul⁴⁴, acesso à terra e à moradia, como parte dos direitos humanos. A Conferência concluiu com a decisão de reconhecer o direito à moradia para todos os cidadãos. O poder público municipal de Curitiba, nas duas últimas décadas, tem-se deparado de forma permanente com essa problemática. A crise na área habitacional atinge principalmente setores pobres da população. Em muitos casos, são tratados com violência e/ou repressão policial, ao exercerem formas de pressão pelo acesso à moradia e utilizarem o recurso de ocupação/inva-são de áreas urbanas, como solução da necessidade de moradia.

⁴³ Sobre esse problema, as estatísticas são assustadoras. Em 1995, houve 8.209 pessoas feridas em acidentes de trânsito, em Curitiba, sendo 409 vítimas fatais, 212 em atropelamentos e 197 em colisões. A violência no trânsito de Curitiba exige medidas urgentes de saúde pública do poder público (Jorge Miguel Samek, op. cit., p. 142).

⁴⁴ A problemática habitacional coloca-se como prioridade nos atuais centros urbanos brasileiros, assumindo dimensões planetárias, haja visto que a realização da 2ª Conferência de Assentamentos Humanos da ONU - Habitat 2, em 1996, na Turquia, apontou para o desafio a ser enfrentado nesse final de século, no sentido de buscar evitar o caos urbano decorrente do crescimento urbano. As tendências indicam que a população mundial deverá passar dos atuais 2,4 bilhões para 5 bilhões de pessoas que passarão a morar nas cidades, sendo que, desses 2,4 milhões, cerca de 500 milhões de pessoas não têm onde morar e outros 600 milhões residem em situações que colocam em risco sua saúde. Previsões para o próximo século é de que os maiores problemas relacionados às questões ambientais, econômicas e sociais estarão localizados nas grandes concentrações urbanas (Idem, ibidem, pp. 96-98).

A política municipal, na área de habitação de Curitiba, não acompanhou o processo de crescimento ocorrido na cidade, mesmo existindo uma Cohab - Companhia Habitacional de Curitiba, responsável pela gestão da política habitacional do município, não foi possível responder à demanda do déficit de moradias. A Cohab - Ctba volta sua ação para a área de habitação de interesse social, visando atender, em sua maioria, a população com faixa de renda em torno de três salários mínimos. No período de 1991 a 1996, a Cohab - Ctba produziu 43.154 unidades habitacionais: convencionais, apartamentos, lotes, regularização fundiária e Vilas de Ofício” (Ippuc, 1996, p. 33).

O déficit de moradia, apurado a partir famílias registradas na fila da Cohab - Ctba, nos três anos anteriores a 1996, é em torno de 40 mil famílias. Pesquisa realizada pelo Ippuc:

revela a existência de 137 áreas irregulares, onde moram 19.374 famílias, perfazendo um total de aproximadamente 100 mil pessoas. São áreas de ocupação, onde não se procedeu à regularização fundiária. Regularizar essas áreas e urbanizá-las é uma necessidade que se impõe imediatamente, sob o risco de aumentar o processo de favelização na periferia de nossa cidade. Ao todo, constatou o Ippuc, a cidade já soma 244 áreas de ocupações desordenadas, com cerca de 300 mil pessoas vivendo em condições consideradas pelos técnicos como sub-humanas. (Samek, 1996, p. 102).

Esse fato significa que, aproximadamente, 20% da população moradora em Curitiba reside em áreas consideradas sub-humanas, onde as condições de habitabilidade ambiental e social são precárias: áreas localizadas em fundo de vale, apresentando falta de água encanada; esgoto a céu aberto; falta de saneamento básico; falta de arruamento adequado; ausência de serviços como limpeza pública, saúde. O principal problema é a necessidade de regularização de propriedade dos terrenos e sua urbanização para as famílias as-sentadas nessas áreas.

Destacamos que a área da Vila Sagrada Família, nosso objeto de estudo, encontra-se situada no universo de áreas a serem definitivamente regularizadas.

O déficit habitacional de Curitiba requerer medidas urgentes do poder público municipal para ser solucionado, priorizando investimentos e recursos públicos destinados aos setores de maior carência da população, criando alternativas de

programas habitacionais subsidiados e direcionados a atender os trabalhadores de baixa renda, excluídos do acesso ao sistema de habitação convencional.

A política municipal de habitação de Curitiba, por não acompanhar de forma planejada o crescimento da cidade, fez com que o poder público se eximisse de planejar a expansão da cidade. Na prática, ocorreu a realização da política determinada pela necessidade premente dos setores pobres da população em arrumar formas de moradia. Ocuparam espaços, em condições precárias de habitabilidade, comprometendo a qualidade ambiental da moradia. Colocaram-se, assim, sob risco os moradores dessas áreas, provocando degradação no espaço urbano ocupado.

A maioria das ocupações ocorridas estão localizadas em fundos de vale, várzeas de rios, encostas de morro, áreas de segurança das redes elétricas. Na visão dos moradores, essas áreas possuíam pouco valor imobiliário, sendo passíveis de ocupação, porque não demonstravam valor aos olhos das relações econômicas urbanas de mercado.

Desta forma, a política municipal de habitação realizada pelo poder público, tendo como gestora a Cohab - Ctba, promoveu um impacto ambiental negativo em Curitiba, pelo fato de ter se ausentado de participar da política de planejamento de crescimento da cidade, intervindo através de propostas e alternativas habitacionais, procurando responder ao déficit de moradia para os segmentos sociais de baixa renda, que desprovidos de meios obrigaram-se a resolver por conta própria seu problema habitacional, comprometendo sobremaneira a sustentabilidade da cidade.

e) - transporte

O sistema de transporte coletivo de Curitiba, nos últimos anos, tem sido considerado eficiente e de boa qualidade, responsável pela projeção da cidade no cenário nacional como modelo nesse tipo de serviço público. A URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba), gerenciadora do sistema de transporte coletivo da cidade, avalia que, se forem mantidas as atuais tendências dos níveis de crescimento de Curitiba, em dez anos, deverá ocorrer saturação no funcionamento desse serviço urbano. O sistema foi dimensionado para responder a demanda de uma cidade com população estimada em 1,5 milhão de habitantes, esgotando, assim, sua capacidade de

funcionamento. De acordo com estimativas, Curitiba deverá ter, em dez anos, uma população em torno de 2,5 milhões de habitantes (Samek, 1996, p. 85).

Várias inovações foram realizadas no sistema de transporte coletivo de Curitiba, servindo para que outras cidades do país copiassem essas medidas inovadoras como: o sistema de corredor exclusivo para circulação dos ônibus, as “canaletas” do sistema curitibano; a implantação do caixa único, na gestão do então Prefeito Roberto Requião, estabelecendo controle público sobre as concessionárias do serviço de transporte coletivo; as catracas eletrônicas; o sistema de integração, via terminais de ônibus, e Rede Integrada de Transporte; o sistema de ônibus Ligeirinho e as Estações-tubo; o sistema de ônibus articulados e biarticulados.

As inovações, também, foram implantadas na organização espacial da cidade, Curitiba foi uma das primeiras cidades do país a proibir o circulação de veículos automotores na principal rua de comércio do centro da cidade, com a construção do calçadão da Rua XV de Novembro - Avenida das Flores. Destinou-se exclusivamente à circulação de pedestres. A rede de ciclovias montada pelo poder público municipal, buscando favorecer uma alternativa de transporte⁴⁵ individual.

Embora tenham ocorrido todas essas ações inovadoras na organização espacial e no sistema de transporte coletivo de Curitiba, essas ações não foram suficientes para adequar a política de transporte público aos parâmetros de qualidade ambiental necessários para o desenvolvimento atual da cidade, ou seja, o sistema não responde aos padrões ambientais de cidade de Primeiro Mundo, haja visto os agravos ambientais provocados em consequência da poluição urbana, registrando níveis elevados de monóxido de carbono, liberados pelos veículos da frota de ônibus. Em algumas regiões centrais da cidade, como é o caso da concentração de ônibus existente no Terminal da Praça Rui Barbosa, constatam-se elevados níveis de poluição, com risco à qualidade de vida.

O sistema de transporte urbano, feito por veículos movidos a combustível poluente, é um dos indicadores importantes nas condições de sustentabilidade das

⁴⁵ Não respondeu às necessidades cotidianas de deslocamento da população, pois foi direcionada, mais com vistas às atividades de lazer e recreação

idades atuais, ao determinar agravos na qualidade de vida da população em relação aos níveis de poluição provocados e aos níveis de saturação da circulação de veículos e do trânsito no espaço da cidade. Um dos maiores desafios a ser enfrentado, ao buscar garantir as condições de sustentabilidade urbana, parece-nos estar na compatibilização de três aspectos as formas de transporte coletivo e individual; a política de planejamento e desenvolvimento urbano, adequando a cidade para os impactos advindos do fenômeno expresso pelas elevadas taxas de crescimento da concentração urbana, registrado nos últimos anos.

No caso de Curitiba, tudo indica que ocorreu uma defasagem entre esses três aspectos da vida urbana. A política de planejamento urbano não acompanhou o crescimento da cidade ocorrido nas últimas décadas, no que se refere ao seu sistema viário. A concepção de planejamento urbano adotada pelas últimas administrações municipais, privilegiando o centro da cidade, não fortaleceu as estruturas urbanas policêntricas, vindo a contribuir na constituição dos problemas relacionados à saturação⁴⁶ do sistema de circulação de veículos na cidade.

A violência no trânsito curitibano tem sido um dos graves problemas existentes na cidade, tendo como fatores causadores dos acidentes: o excesso de velocidade, o desrespeito à sinalização, a transgressão às leis de trânsito, o uso abusivo de bebidas alcoólicas, acentuado pelo stress decorrente das precárias condições do trânsito, sendo que:

No ano de 1995, o trânsito de Curitiba matou 409 pessoas e deixou 8.209 feridos, o que dá uma média absurda de uma pessoa ferida a cada hora. Mais da metade das mortes foram causadas por atropelamentos. Com uma frota de cerca de 550 mil veículos, Curitiba registrou 23.196 acidentes em 1995, com a média de um para cada grupo de 25 veículos. Em relação à população, a média foi de um acidente com pessoas feridas por ano para cada grupo de 291 habitantes e de um acidente somente com danos materiais para cada grupo de 380 pessoas. (Samek, 1996, p. 95)

A atuação do poder público nessa área da vida urbana exige medidas de prioridade no que se refere estabelecer uma política de transporte e de trânsito, tendo

⁴⁶ O fortalecimento das atividades urbanas localizadas nas áreas centrais da cidade, concentrando número significativo de carros circulando nessas áreas, reforça a cultura de necessidade de utilização do carro individual para ter acesso ao centro da cidade. O transporte coletivo não é atrativo para a população, exigindo medidas de eficiência e a boa qualidade do serviço.

como base destinar investimentos que visem melhorar a gestão dos serviços como: engenharia de trânsito, de educação, fiscalização, cumprimento da legislação. A título de exemplo, a obrigatoriedade do cinto de segurança, em Curitiba, reduziu significativamente o número de vítimas de acidente de trânsito, evidenciando a possibilidade de se estabelecerem soluções para melhorar as condições de segurança no trânsito da cidade, buscando garantir qualidade de vida e sustentabilidade urbana.

2.3 – Contextualização da participação em torno da moradia em Curitiba

A participação e cidadania são categorias teóricas de análise dos movimentos sociais e resultam das lutas e mobilização social empreendidas pelas organizações e movimentos sociais. O Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba é o movimento social considerado nesse estudo e as organizações sociais são as Associações de Moradores e Amigos da Vila Sagrada Família, em cujo interior se produzem as práticas sociais das lideranças e a constituição do processo de participação na dimensão da cidadania.

A participação das lideranças da Vila Sagrada Família, através das práticas sociais e da organização, foi constituída a partir do quadro de insustentabilidade da cidade. As necessidades e riscos existentes em Curitiba criaram as condições objetivas de organização e mobilização dos moradores pelo acesso ao bens e serviços urbanos, através de práticas participativas.

O movimento social que estamos considerando nesse estudo, é o Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba, enfocado a partir da década de 70, sendo um dos personagens significativos do processo de abertura política ocorrido nesse período histórico no Paraná e no país.

Esse Movimento originou-se a partir das contradições urbanas, tendo na luta pela moradia, pela infra-estrutura e melhoria nas condições de qualidade de

vida sua base de sustentação. As três primeiras organizações desse tipo⁴⁷ surgiram no final de 1978, localizadas na região sul da cidade - Vila Formosa, Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz.

A ausência de política habitacional, diante do déficit de moradia para trabalhadores de baixa renda, fez com que, a partir do final da década de 70, ocorresse a organização desses trabalhadores “sem-teto” em torno da luta pela moradia, em Curitiba. A constituição do Movimento de Luta pela Moradia de Curitiba teve como forma de organização principal as Associações de Moradores e Amigos de Bairro, sendo que as primeiras entidades, nessa fase do Movimento, foram fundadas no segundo semestre do ano de 1978.

Esse Movimento, surgido no contexto dos “novos movimentos sociais”, foi um movimento social vigoroso, no cenário político de Curitiba, contribuindo significativamente como sujeito histórico a consolidar o processo de abertura da política paranaense.

A análise do tema de participação será feita a partir do exercício das práticas sociais das lideranças da Vila Sagrada Família, nas Associações de Moradores e no Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba.

A participação e a constituição da cidadania na Vila Sagrada Família seguirão a proposta teórico-metodológica apresentada por Gohn, para a análise dos movimentos sociais na América Latina. Essa metodologia de abordagem dos movimentos sociais segue um roteiro de aspectos a serem considerados, como: as demandas e repertórios da ação coletiva de um movimento, a composição social, o princípio articulatório interno, a força social, a ideologia, a cultura política, a organização, as práticas, o projeto, a identidade, os opositores, as conquistas e derrotas.

⁴⁷ As Associações de Moradores surgiram, em Curitiba, no final da década de 60, quando foram criadas a Associação de Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e a Associação Beneficente dos Moradores do Bairro de Boa Vista - fundada em 30 de janeiro de 1967, conforme ata.

As demandas do movimento social de que estamos tratando - o Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba - constituíram-se principalmente pela necessidade de moradia e infra-estrutura - água, luz, esgoto, saneamento, arruamento, transporte coletivo, emprego, atendimento à saúde, atendimento à criança - da população de baixa renda moradora nos bairros de periferia de Curitiba.

Os repertórios produzidos pelo Movimento constituíram-se em lutas gerais e lutas específicas. Quanto às lutas gerais, a participação desse Movimento foi a luta pela Anistia, o processo de reformulação partidária, com a fundação dos novos partidos, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a organização do movimento sindical, ao participar de campanhas e eventos sindicais, nas eleições e a conquista da direção dos sindicatos dos trabalhadores na construção civil e dos metalúrgicos, a fundação das centrais sindicais, em especial, a Central Única dos Trabalhadores.

Quanto às lutas específicas, o Movimento foi condutor das práticas sociais e das lutas pelo acesso à moradia, quando as favelas existentes em Curitiba no início dos anos 80 foram transformadas em vilas, através da organização dos moradores. A melhoria do espaço da moradia foi realizado através da autogestão dos moradores. A urbanização das áreas foi desenvolvida pela ação dos próprios moradores de cada área ou com ajuda e solidariedade de moradores de outras áreas integradas ao Movimento, através da organização das ações de mutirão para realocar e reconstruir suas casas, abrir ruas, fazer pontilhões e passagens, abrir valetas, fazer manilhamento, através dos mutirões; também fazer ações de ocupação de outras áreas urbanas como parte do processo de urbanização próprio dos moradores. Ao organizar e redefinir o espaço adensado, concebendo um projeto próprio de urbanização dos moradores, destinando um lote de 10x20 metros para cada morador da área, havia a necessidade de mais área para assentar todas as famílias moradoras nessa área adensada da favela.

A composição social desse Movimento era de moradores pertencentes à classe trabalhadora. Desenvolviam atividades em diversos setores da economia, destacando-se as atividades do ramo da construção civil, seguida pelas atividades das indústrias madeireiras e de alimentos. As atividades do ramo da indústria

apresentavam pequena presença entre esses moradores. Assim, eram trabalhadores de baixa renda, apresentando heterogeneidade quanto a sua base social, configurando o caráter popular desse movimento social.

As atividades autônomas, ligadas ao setor de serviços, eram expressivamente maiores que o conjunto das demais atividades apresentadas, determinando a heterogeneidade da base social de sustentação desse Movimento. Reforçam o fato, os dados do IBGE, em que as atividades desenvolvidas que apresentavam remuneração extremamente baixas, era a maioria, em torno de 85,24% que possuíam renda inferior a dois salários mínimos e 14,76% ganhavam acima de dois salários.

O princípio articulatório interno e externo desse movimento social caracterizava-se da seguinte forma: as bases demandatárias caracterizaram-se pela população moradora dos bairros pobres da periferia da cidade, em áreas localizadas principalmente em invasões/ocupações urbanas. Essa população de baixa renda, moradora nessas áreas urbanas irregulares, formava as bases demandatárias do movimento social estudado.

As lideranças desse Movimento eram constituídas por dois tipos: as lideranças do tipo “velhas”, que já possuíam experiências de participação anteriores à existência desse movimento social. Havia tido experiências de participação como dirigentes de entidades sindicais, militantes políticos, entre outras, no interior do Paraná. Ao iniciarem sua participação no Movimento, contribuíram de forma significativa na articulação e formação desse movimento social, pois, passaram a “ensinar” às novas lideranças que surgiam.

As lideranças do tipo “novas” eram aquelas que não apresentavam experiências de participação anterior à existência desse movimento social, vindo a surgir e se formar a partir do Movimento de Associações, ou seja, as novas lideranças apresentam como referência às práticas sociais desenvolvidas no contexto desse movimento social.

As lideranças desse movimento social curitibano são os sujeitos desse estudo. Eram constituídas pelas dirigentes das Associações de Moradores e Amigos de Bairro.

A participação nessas organizações sociais possibilitou-lhes a aquisição de aprendizado no desenvolvimento de suas práticas sociais.

Esse aprendizado apresentou, entre os diversos aspectos de construção do conhecimento adquirido por essas lideranças, a relação entre as “velhas” e as “novas” lideranças. Ocorreu, nesse processo, uma reciclagem no conhecimento das velhas lideranças com a apropriação de novos elementos nas suas práticas sociais e, por parte das novas lideranças, conhecimentos novos passaram a fazer parte de suas práticas. A construção desse aprendizado recíproco, entre velhas e novas lideranças, atribuiu singularidade ao processo de constituição e formação das lideranças desse movimento social, resultando um conjunto qualitativo de lideranças próprias produzidas no bojo do Movimento de Associações.

A assessoria desse Movimento teve como matriz geradora basicamente os partidos políticos. O grupo de assessoria era constituída por profissionais liberais de diversas áreas de atuação, em sua maioria militantes de partidos políticos, como advogados, jornalistas, professores, sociólogos, engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, médicos, pedagogos, comerciantes, participando, também, sindicalistas e estudantes.

Embora composta de diferentes visões políticas, nessa assessoria, existia uma ação unificada e conjunta de intervenção no Movimento de Associações. Esse grupo de assessores realizava reuniões periódicas com a finalidade de organizar a atuação de todos os participantes nesse Movimento, com distribuição de tarefas e atribuições de responsabilidades políticas a serem executadas. A assessoria, inicialmente, era composta por profissionais que militavam no PMDB. Com a reformulação partidária, esses profissionais se dividiram prioritariamente entre PMDB, PT e organizações de esquerda, abrigadas nesses partidos políticos.

A assessoria desempenhava o papel de interlocutora do Movimento. Destacava-se a assessoria prestada pelos advogados, tendo em vista os conflitos existentes em relação, principalmente, aos processos envolvendo situações de litígio quanto à propriedade das áreas urbanas ocupadas pelos moradores. A esses profissionais era atribuída a responsabilidade de mediação entre as partes envolvidas no conflito.

No atual estágio do movimento social, em Curitiba, esse papel de assessoria tem sido exercido por parlamentares - vereadores e deputados - e até mesmo pelo poder público municipal, apresentando uma clara vinculação de caráter assistencial, fisiológico e personalista. O movimento social de Curitiba perdeu o princípio de autonomia e independência em relação ao Estado e aos partidos parlamentares. Tais princípios foram norteadores do Movimento de Associações de Moradores em sua origem, na década de 70. Desta forma, perderam sua atuação combativa e seu poder de pressão e de barganha no processo de atendimento das demandas e conquista da cidadania.

A prática social das lideranças desse Movimento coloca-se permeada por interesses essencialmente pessoais e individuais, em que a comunidade está a serviço de tais interesses, instituindo-se o ditado popular: “é a lei de Murici, cada um por si”.

O Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba adquiriu força social, ao ser analisado no contexto histórico brasileiro do final da década de 70, quando do seu surgimento. A conjuntura política, nesse período histórico no país, era caracterizada por um clima de abertura, com o fim do regime militar e conquista das liberdades democráticas. A participação da sociedade civil organizada nesse processo foi determinante para a consolidação da democracia no Brasil.

Esse Movimento contribuiu, enquanto força política local, para que o processo democrático se viabilizasse, como um dos mais significativos movimentos políticos do Paraná. Desenvolveu ações coletivas de protesto com objetivo de fazer avançar a conquista de espaços democráticos na sociedade brasileira e paranaense. Participou de ações como a Luta pela Anistia, a Luta por Eleições Diretas, Movimento de Reformulação Partidária, Manifestações de 1º de Maio - Dia do Trabalhador, eleições sindicais, construção e organização das Centrais Sindicais.

No que se refere aos aspectos relacionados à conjuntura política municipal, a força social desse Movimento contribuiu para alterar as relações de poder até então existentes, com a conquista pelo PMDB, em 1982, da Prefeitura Municipal de Curitiba, assim como a do Governo do Estado do Paraná.

Esse movimento social participou como sujeito político histórico das alterações ocorridas na conjuntura política do país, do Paraná e de Curitiba. Sua força era decorrente do seu forte grau de organização e mobilização social e política, o que lhe atribuía densidade social e poder político no jogo de relações sociais vigentes.

Hoje, o Movimento de Associações de Moradores perdeu sua força social e, acompanhando a conjuntura política brasileira, atravessa um período de refluxo, exigindo uma redefinição política do papel a ser desempenhado no atual cenário político brasileiro.

A ideologia presente nesse Movimento, quando do seu surgimento, apresentava um perfil alinhado ao que era colocado pelo movimento social da década de 70 e 80, expresso pelas bandeiras de luta e reivindicações presentes no contexto dos discursos e documentos produzidos por esse Movimento.

Os assessores tiveram papel destacado para imprimir ao Movimento de Associações de Moradores a ideologia, tendo em vista a posição de mediação e direção política que exerciam nesse Movimento. Assim, os princípios ideológicos colocados eram expressões como: - pelo fim do autoritarismo do regime militar; - por amplas liberdades democráticas; - pela consolidação do estado de direito; - pelo fim da exploração; - por uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Havia um alinhamento ideológico do movimento social com os princípios ideológicos apontados pelos partidos e organizações de esquerda. Tais princípios eram incorporados pelo movimento social, passando a fazer parte do ideário que orientava e sustentava esse Movimento.

O atual movimento social de Curitiba está destituído de ideologia, tendo em vista a fase de arrefecimento, desarticulação e ausência de perspectivas políticas, acompanhando o contexto em que está submerso o movimento social em âmbito nacional.

A cultura política presente nesse movimento social, expressou-se por alguns aspectos que demarcaram as práticas sociais dos seus participantes, como o exercício de uma prática social, instituída pela criação de soluções dos problemas através de

ações de autogestão, a exemplo da prática de mutirões, com objetivo de realizar as melhorias necessárias no espaço da moradia: a construção e melhoria das próprias casas, abertura de ruas e de valetas, realização de novas ocupações de áreas urbanas de acordo com projeto próprio de urbanização das áreas, transformando as favelas em vilas, através da realocação das casas, abertura de ruas e valetas.

Os participantes desse Movimento incorporaram, nas suas práticas, a cultura de não depender, no que fosse possível, das ações do poder público municipal. Muitas vezes, o poder público impedia a atuação do movimento social, que buscava de forma própria, resolver os problemas e as necessidades existentes. Esse princípio de autogestão foi incorporado à cultura política do Movimento, tendo como maior expressão, as ocupações urbanas organizadas, face à falta de política habitacional que atendesse a população de baixa renda de Curitiba.

O processo contribuiu para a transformação da organização espacial da cidade. As favelas foram transformadas em vilas. As ocupações ocorridas obedeciam a um projeto preliminar de urbanização. A cada morador era destinado um terreno de acordo com o “desenho” desse projeto concebido pelas lideranças, respeitando a realidade de cada área ocupada.

Essa cultura política caracterizava-se pela articulação do conjunto das lutas específicas com as lutas políticas gerais. Outro aspecto dessa cultura estava relacionado ao princípio democrático a ser seguido nas práticas sociais dos participantes do Movimento de Associações de Moradores. As deliberações tomadas pelo Movimento ou pelas diversas instâncias das Associações de Moradores passavam por decisões aprovadas em assembléias, reuniões, encontros, plenárias e seminários. O exercício permanente dessa prática democrática possibilitou a constituição e incorporação dela na cultura política desse movimento social.

A organização do movimento social pode ser formal ou informal. Nesse Movimento existia uma formalidade, desde o início da proposta de organização, obedecendo a uma estruturação de acordo com o Estatuto registrado em Cartório Cível. Tais entidades se formalizavam, ao seguirem esse Estatuto, incorporando um conjunto de obrigações legais a serem cumpridas, como obrigatoriedade de: -

realização de eleições de diretoria da entidade, contribuição financeira dos associados para com a entidade, realização de reuniões, assembléias.

Os aspectos informais de organização do Movimento situavam-se na estruturação geral do Movimento, a exemplo do Conselho de Representantes, órgão que respondia pela direção geral e unificada do Movimento. Funcionava como instância de deliberação da ação conjunta do Movimento de Associações de Moradores de Curitiba. O Conselho de Representantes era composto por três membros de cada Associação de Moradores, organizado informalmente, não existindo formalidade legal a ser cumprida; era um fórum de decisões políticas de direção desse Movimento.

Outro exemplo de organização informal eram as ações de mutirão realizadas pelo Movimento. Essas ações apresentavam forte conteúdo político e organizativo, não seguiam formalidades legais para serem realizadas. Essas ações mobilizavam os moradores das áreas em que eram realizadas e, muitas vezes, quando eram realizados “mutirões coletivos”, contavam com a participação de moradores de Associação de Moradores de outras áreas que, de forma solidária, mobilizavam-se na realização desses mutirões coletivos.

Exemplo de organização informal eram também as ações desenvolvidas por outros tipos de movimentos sociais, como o Movimento de Luta por Creches; Movimento de Luta contra o Desemprego; Movimento contra o aumento da tarifa de ônibus; Movimento Sindical; Movimento de Luta pela Anistia; Movimento de Apoio às greves de trabalhadores. Esses movimentos sociais não apresentavam uma organização formalizada do ponto de vista legal de constituição de uma entidade, mas eram movimentos, muitas vezes, que apresentavam curta existência ou eram cíclicos: surgiam e desapareciam de acordo com a conjuntura política.

O atual Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba apresenta uma formalidade institucionalizada pelo poder público municipal. Como política de atendimento dessas entidades, exige que elas estejam legalmente regularizadas para atendimento de suas reivindicações.

As práticas presentes no Movimento eram organizadas e aconteciam, em geral, como resultado de decisões coletivas e constituíam-se de: 1) fóruns - exposições de idéias e propostas, discussões, debates e deliberações como as atividades de reuniões, assembléias, seminários, palestras, plenárias, congressos, eventos diversos; 2) ações concretas - destacando-se as atividades de auto-ajuda realizadas através dos mutirões⁴⁸, para construção e melhorias das moradias, instalação de infra-estrutura, abertura de ruas e sua melhoria, construção de acessos e pontilhões, construção da sede da Associação de Moradores, limpeza da área e coleta de lixo. 3) ações reivindicatórias e de protesto - passeatas, concentrações em locais públicos e em órgãos públicos, ato público, abaixo-assinados, acampamentos, ações judiciais, visitas a órgãos de imprensa; 4) ações políticas - participação em atividades de movimentos diversos - mulheres, creche, contra aumento da tarifa de ônibus, movimento sindical, contra o desemprego, apoio a greves, eleições sindicais, organização das centrais sindicais, luta pela Anistia, organização partidária, processo eleitoral (municipal, estadual, nacional), manifestações do Dia do Trabalhador, entre outras.

As práticas desenvolvidas pelas lideranças desse Movimento possibilitaram a constituição de um aprendizado de conteúdo político significativo, sendo mensurado pelo grau de qualidade de participação dessas lideranças na formulação de propostas de organização e direção do próprio Movimento e pela qualidade de suas práticas sociais. O aprendizado de contudo sócio-ambiental subjacente às práticas sociais dessas lideranças resultou numa etapa qualitativa no conjunto do conhecimento autoconstruído no processo político de participação dessas lideranças.

Esse movimento social não possuía um projeto próprio, pois alimentava sua atuação a partir de uma visão de mundo delineada pelos partidos políticos e organizações de esquerda. Esse Movimento não desenvolveu uma formulação própria em termos de projeto para a sociedade, mas “adotou” alguns princípios e valores propostos por essas organizações sociais para o conjunto da sociedade.

⁴⁸ Os mutirões, além de promoverem tais melhorias nas áreas já ocupadas, transformando as favelas em vilas, também eram realizados como estratégia de ocupação de novas áreas urbanas.

Outro aspecto para reflexão sobre o projeto do movimento social, são os interesses específicos colocados pelo Movimento, tendo em vista que adotava posicionamento claro sobre um conjunto de lutas em relação a: - melhoria das condições e qualidade de vida na cidade, a exemplo da luta pelo acesso e garantia da moradia, através da regularização e legalização dos terrenos ocupados; - instalação de equipamentos sociais nas áreas ocupadas (creches, escolas, posto de saúde, transporte coletivo, coleta de lixo); - autonomia e independência em relação ao poder público.

O conjunto de bandeiras de lutas específicas formuladas pelo Movimento de Associações de Moradores constituía-se, em certo sentido, num projeto específico do Movimento, atribuindo orientação e direção interna aos seus participantes, estabelecendo limites nessa visão de mundo. Poderíamos considerar que, no âmbito das lutas econômicas (específicas), esse movimento social delineava um projeto próprio, enquanto que no contexto das lutas políticas (gerais), o Movimento apresentava limitações, vindo a adotar a visão de mundo indicada pelos projetos político-ideológicos dos partidos e organizações de esquerda. Na fase inicial desse movimento social, existia uma articulação entre os campos de lutas econômicas e políticas, fato que atribuía teor político a esse Movimento.

O mesmo já não se pode afirmar do atual quadro desse Movimento, pois não se registra preocupação com a reflexão sobre necessidade de existência de um projeto do movimento social. As preocupações passam pelos interesses de ordem individual, em que o coletivo é considerado a partir do interesse em responder ao indivíduo. Neste sentido, a reflexão sobre a existência de projeto desse movimento social fica reduzida a divagações fora do tempo e do espaço.

A identidade dos movimentos sociais está vinculada aos seus projetos. Nessa perspectiva, o Movimento, em decorrência de seus processos e articulações, tem como base uma visão de mundo orientadora do conjunto de suas práticas sociais, um caráter progressista de movimento social.

Ao analisar o caráter do movimento social, se faz necessário considerar o cenário sócio-político em que está inserido, no sentido de analisarmos os elementos conjunturais que explicam a condição de conservador ou progressista desse movimento, relacionando-se a estrutura de oportunidades políticas.

As oportunidades atribuem ao movimento um espaço de poder, no jogo de relações sociais, tendo como centro de disputa a produção, gestão e controle sobre bens. No caso dos movimentos sociais populares urbanos, os bens em disputa são os bens públicos. Nesse contexto, situa-se o movimento social de que estamos tratando, em que consideramos, de acordo com as colocações da autora, o Movimento de Associações de Moradores, na sua fase inicial, um movimento social com caráter progressista. No jogo de relações sociais, esse movimento social adquiriu um espaço de poder no processo de disputa de determinados bens públicos, a exemplo da reorganização espacial das áreas de favela de Curitiba.

As melhorias conquistadas pelos moradores dessas áreas foram significativas. Além de garantir o direito de morar nas áreas já ocupadas, os moradores realizaram melhoramentos, reconstruindo suas moradias de acordo com um projeto de urbanização de cada área, conquistando o direito de instalação de infra-estrutura: rede de água, luz, abertura de ruas.

Consideramos que, só pelo fato de esse movimento social promover a transformação das favelas de Curitiba em vilas organizadas, o caráter progressista desse movimento se autoconstruiu, configurando-se, pelas suas práticas, a efetivação de um tipo de reforma urbana. Os bens privados - a terra urbana e os bens públicos - os equipamentos sociais no jogo de relações vigentes, foram conquistados pelos moradores, através da atuação do movimento social, no caso, o Movimento de Associações de Moradores.

Esse Movimento, na sua fase inicial, tinha o Estado - poder público municipal - como opositor. Em determinadas situações, estabeleciam-se relações antagônicas, tendo em vista a prática autoritária que caracterizava o poder público municipal. O Movimento tinha uma prática social de resistência às ações do poder público.

A principal conquista do Movimento foi, sem dúvida, a transformação das favelas em vilas organizadas e urbanizadas. Esse movimento social adquiriu poder político, imprimindo direção política de ocupação do espaço urbano dos bairros de periferia da cidade. Arriscaríamos afirmar que esse movimento realizou, de fato, uma reforma urbana, em Curitiba. Esse processo foi decorrente

da organização e mobilização dos moradores das áreas de favela, através das suas lutas pela moradia e por melhoria nas condições do espaço da moradia.

Esse processo refletiu o elevado grau de organização e de luta desse movimento social, tanto ao realizar a autogestão na construção do espaço da moradia, incluindo aqui, a própria moradia, como nas variadas formas de pressão para que o poder público respondesse às reivindicações colocadas por esse movimento, vindo, assim, a conquistar e garantir a cidadania para todos os moradores dessas favelas transformadas em vilas.

O Movimento de Associações de Moradores desenvolveu a luta pela moradia, de forma autônoma e independente do poder público municipal, assumindo um caráter de combatividade e de luta pela melhoria das condições de moradia e pela regularização e legalização dos terrenos já ocupados.

Os alcances obtidos pelo Movimento foram extremamente significativos, a ponto de realizar uma transformação no espaço urbano das áreas de favela, como de imprimir direção política no processo das ocupações urbanas que ocorreram na cidade, ou seja, a partir da orientação do Movimento, as ocupações urbanas realizadas eram organizadas através de projeto próprio de urbanização, sendo que cada família tomava posse de um terreno medindo 10x20 metros. As ruas eram demarcadas; era reservado espaço para a sede da Associação de Moradores e, em muitos casos, era reservado terreno para creche, escola ou posto de saúde.

O Movimento, através de sua força e organização, atingiu um objetivo próprio, realizando uma reforma urbana nos bairros de periferia de Curitiba, executando, na prática, uma política habitacional popular, em que o poder público municipal desempenhou muito mais uma função de espectador e repressor do que propriamente de promotor e executor de uma política urbana e de habitação.

Outro objetivo significativo obtido por esse movimento social foi a constituição de lideranças produzidas no âmbito desse Movimento. A prática social dessas lideranças foi gerada no processo de luta, organização e participação pelo acesso e garantia da moradia e pela conquista da cidadania.

Em 1991, esse Movimento, depois de passar por um período de arrefecimento, a partir da metade da década de 80, retomou sua dimensão de mobilização e de luta, organizando a maior ocupação urbana já ocorrida em Curitiba, no dia 06 de setembro de 1991. Depois de encaminhar várias ações de pressão para que o então Prefeito Jaime Lerner, na sua terceira administração da cidade, cumprisse a promessa de campanha de destinar “um lote para cada família”, o Movimento de Luta pela Moradia decidiu ocupar uma área pública ao longo de uma linha férrea desativada. Desta forma, cerca de cinco mil famílias ocuparam essa área urbana, como forma de pressionar o poder público municipal a realizar uma política de habitação popular, oferecendo solução ao problema de moradia aos “sem-teto” da cidade.

A ação do Movimento de Luta pela Moradia, além de assentar todas as famílias participantes da ocupação, obrigou o poder público a agilizar o lançamento de um programa de habitação popular inédito na trajetória da política urbana de Curitiba. Pressionado pelo impacto político da ocupação da Ferrovia, no conjunto das forças políticas e interesses econômicos da cidade, o Prefeito Jaime Lerner oficializou a criação do Bairro Novo e da Gleba da Ordem, abrindo a oferta de moradia para aproximadamente 25 mil novas famílias de Curitiba.

A ampliação desse acesso à moradia permitiu que a Cohab - Ctba realizasse sua política de habitação, tendo como base um programa de lotes urbanizados, onde o morador, recebendo seu terreno financiado e provido de parte da infra-estrutura, passou a construir sua moradia de acordo com seu poder aquisitivo.

Embora o poder público tenha se empenhado, ultimamente, para solucionar a fila da Cohab, o problema, em relação ao atual déficit habitacional existente em Curitiba, está longe de ser resolvido. Há a necessidade de investimentos públicos destinados à área habitacional da população de baixa renda que atenda regiões carentes de infra-estrutura urbana e programas habitacionais para a população dos sem-teto e excluídos.

A necessidade de moradia, infra-estrutura e serviços urbanos são determinantes importantes de participação dos moradores dos bairros de periferia de Curitiba, ao reivindicarem, através das suas organizações sociais, melhorias nas

condições de qualidade de vida e sustentabilidade da moradia e na conquista da cidadania.

2.4 – Curitiba: política pública e meio ambiente

2.4.1 – aspectos norteadores da política ambiental de Curitiba

Ao abordarmos a política ambiental de Curitiba, na ótica da legislação que a institui, não estamos preocupados em realizar uma análise exaustiva dessa legislação, mas em estabelecer um dos referenciais de interlocução das questões colocadas para reflexão neste trabalho de investigação.

Assim, estaremos pontuando as diretrizes, objetivos e princípios contidos nas leis que estabelecem a política ambiental de Curitiba, buscando, num primeiro momento, indicar a concepção de meio ambiental subjacente nessa legislação, no sentido de informar a atuação e as ações do poder público municipal na área ambiental. Num segundo momento, coloca-se a importância de configurar a avaliação dos moradores de bairros da periferia da cidade, em particular, os moradores da Vila Sagrada Família, diante do impacto das ações ambientais realizadas pelo poder público municipal.

As diretrizes da política ambiental de Curitiba passaram a ser instituídas como lei a partir de abril de 1990, com a promulgação da Lei Orgânica do Município. O Capítulo VI trata do Meio Ambiente e o artigo 190 da Lei assegura que o Município deveria

estabelecer uma política municipal de meio ambiente, objetivando a preservação e o manejo dos recursos naturais, de acordo com o interesse social; promover a educação ambiental, visando à conscientização pública para a preservação do meio ambiente; exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou potencialidades causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade; controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente; proteger o patrimônio cultural, artístico, histórico, estético, paisagístico, faunístico, turístico, ecológico e científico, promovendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação; promover o controle das cheias, definindo

parâmetros para o uso do solo; incentivar as atividades de conservação ambiental; estabelecer a obrigatoriedade de reposição da flora nativa, quando necessária à preservação ecológica. (Lei Orgânica do Município, 1990)

A Lei Orgânica instituiu, no seu artigo 195, a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, com estrutura e atribuições estabelecidas pela política ambiental. Essa Lei ainda instituiu, no artigo 194, o prazo de seis meses, após a promulgação, para que o Município editasse a “lei de defesa do meio ambiente, que estabelecerá critérios de proteção ambiental e de manutenção do equilíbrio ecológico, com previsão de infrações e respectivas sanções” (Lei Orgânica do Município, 1990).

A promulgação da Lei nº 7833 que instituiu a Política Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, pelo então Prefeito Jaime Lerner, ocorreu em 19 de dezembro de 1991. “Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências”, vindo a instituir a política ambiental da cidade.

O objetivo central estabelecido pela Lei tem como pressuposto três direções: defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, configurando uma concepção de meio ambiente, que busca manter o equilibrado ecológico, “considerando bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, razão pela qual impõe-se ao poder público o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo.

Os princípios fundamentais estabelecidos pela Lei a serem seguidos pela Política Municipal do Meio Ambiente, constituem-se em:

multidisciplinaridade no trato das questões ambientais; participação comunitária na defesa do meio ambiente; integração com a política do meio ambiente nacional, estadual, setoriais e demais ações do governo; manutenção do equilíbrio ecológico; racionalização do uso do solo, água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos naturais; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas representativas; educação Ambiental a todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade; incentivo ao estudo científico e tecnológico, direcionados para o uso e a proteção dos recursos ambientais; prevalência do interesse público; reparação do dano ambiental. (Lei, no. 7833, 1991)

A Política Municipal do Meio Ambiente de Curitiba estabelece áreas de intervenção sobre: o controle de poluição; uso do solo; saneamento básico; resíduos e rejeitos perigosos; condições ambientais nas edificações; áreas de uso regulamentado e unidades de conservação e ainda os setores especiais de fundo de vale e faixas de drenagem.

Em relação à competência de realizar a Política Municipal do Meio Ambiente, cabe a responsabilidade direta e constitucional sobre a área de meio ambiente ao Município de Curitiba que está incumbido de “mobilizar e coordenar suas ações, recursos humanos e financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como a participação da população na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta Lei” (Lei, no. 7833, 1991).

À Secretaria Municipal do Meio Ambiente, além das suas atribuições, cabe desempenhar a função de executora da Política Municipal do Meio Ambiente ao ser responsável por “implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente, fazer cumprir a presente lei” (Lei no. 7833, 1991).

No que se refere ao item de aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, a Lei estabelece os Instrumentos de aplicação: o Conselho Municipal do Meio Ambiente; o Fundo Municipal do Meio Ambiente; os Incentivos Financeiros e Fiscais; a Educação Ambiental; a Procuradoria Ambiental; a Fiscalização, Infração e Penalidades.

A Educação Ambiental é considerada na Lei como “instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de preservação e conservação ambiental”, além de o Município ficar com a responsabilidade de criar “condições que garantam a implantação de programas de Educação Ambiental, assegurando o caráter interinstitucional das ações desenvolvidas” em Curitiba.

A promoção da Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito da rede municipal de ensino, articulando a Secretaria Municipal de Educação e do Meio Ambiente. Será desenvolvida, também, por outros segmentos da sociedade que atuam como “agentes multiplicadores através dos meios de comunicação e por meio de atividades desenvolvidas por órgãos e entidades do Município”, por entidades

Ambientalistas; pelas demais instituições específicas criadas que visem seguir o objetivo educativo ambiental.

A Lei instituiu a Semana do Meio Ambiente, a ser comemorada na primeira semana de junho de cada ano. Esse evento será realizado pelas escolas, estabelecimentos públicos, através de campanhas e programações educativas.

No parágrafo único do capítulo que trata da Educação Ambiental, ficou estabelecida a comemoração anual de datas como o Dia da Terra, no dia 22 de abril; o Dia da Árvore, no dia 21 de setembro e o Dia da Azeiteira, no dia 05 de outubro.

A concepção de educação ambiental contida nessa Lei apresenta como base o caráter de preservação e conservação do meio ambiente.

A participação da sociedade civil estabelecida pela Política Municipal do Meio Ambiente, está configurada pela participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente. A composição do Conselho, constituído de onze membros, deixa evidente a diferença de representação de interesses entre sociedade civil e o poder público, uma vez que participam três membros da sociedade organizada e nove membros representando os interesses do poder público.

Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, de acordo com a Lei, assume caráter deliberativo apenas no que se refere à aprovação da política ambiental municipal, além de acompanhar sua execução, ao “estabelecer normas e padrões de proteção, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”. Quanto às demais competências, o Conselho assume caráter consultivo, como no caso de analisar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente; opinar sobre propostas de estudos e alternativas em relação aos impactos ambientais, gerados por projetos públicos ou privados; propor ao Executivo prioridade nas ações governamentais relacionadas ao meio ambiente; elaborar Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.

2.4.2 - Programas e Ações Ambientais

Ao abordarmos as ações e programas ambientais realizados pelo poder público municipal, estaremos considerando-os a partir dos dados oficiais fornecidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, através de documentos em que constam o detalhamento técnico e político dessas ações e programas executados.

A) - resíduos sólidos urbanos

Os fatores que determinam a origem e produção do lixo na cidade estão relacionados à intensidade com que ocorre a urbanização resultante do processo de industrialização, ocasionando um expressivo aumento de população nos atuais centros urbanos. O aumento e concentração da população na cidade exige que ocorra um aumento na produção de alimentos e bens de consumo, fazendo com que haja maior velocidade na produção de produtos e gêneros que supram as necessidades criadas pela sociedade de consumo. Em decorrência, há um processo acentuado de transformação da matéria-prima em produtos a serem consumidos, gerando, em consequência, maior quantidade de resíduos.

A problemática do lixo nos atuais centros urbanos constitui-se um dos principais agravos ambientais, comprometendo o meio ambiente, poluindo o solo, o ar e os recursos hídricos, gerando um contexto de entropia na cidade.

A problemática ambiental do lixo na cidade de Curitiba, não é diferente dos demais centros urbanos do país e do planeta. O poder público municipal, responsável pelo serviço de coleta e disposição final do lixo na cidade, realiza programas, visando atender a população usuária desse serviço urbano.

O poder municipal de Curitiba realiza os seguintes programas de limpeza pública na cidade: coleta de resíduos sólidos domiciliares; coleta de resíduos sólidos recicláveis; coleta de resíduos vegetais; coleta de resíduos de serviço de saúde; programa de compra de lixo; Programa Câmbio Verde; varrição manual; varrição mecânica; limpeza de feiras-livres. Todos esses programas são realizados pelo Departamento de Limpeza Pública da Secretária Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

A disposição final dos resíduos distribuí-se: - resíduo domiciliar destinado ao Aterro Sanitário da Cachimba; - resíduo reciclável, encaminhado à Usina de Valorização de Rejeitos; - resíduo Vegetal, encaminhado Parque Náutico Iguazu; resíduo de Serviço de Saúde, destinado à Vala Séptica/Incineração.

A.1)- lixo residencial

O poder público municipal considera lixo domiciliar os resíduos sólidos produzidos pela população no local de moradia, no comércio, nos serviços, os produzidos publicamente, como podas de árvores, limpeza de passeios, varrição, lavagem de ruas pavimentadas, meio-fio, calçadas, entulhos entre outros.

O serviço de coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares de Curitiba foram terceirizados por empresas especializadas desde 1974, sendo supervisionado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A coleta do lixo domiciliar é realizada através de 51 (cinquenta e um) caminhões coletadores, equipados com caçamba, dispositivo automático de compactação, que percorrem as ruas da cidade, recolhendo esses resíduos. A coleta obedece a um plano com base na divisão da cidade, em áreas que apresentam características semelhantes, nos aspectos viários e de ocupação, sendo subdivididas em 136 setores de coleta, abrangendo 98,2% da cidade, com produção estimada em 236.408,55 toneladas/dia, até agosto de 1998.

O sistema de coleta está organizado em coleta diurna, realizada três vezes por semana, atendendo bairros mais afastados do centro da cidade e a coleta noturna, realizada diariamente, atende o centro da cidade os bairros próximos ao centro, onde a coleta acontece três vezes por semana; nos feriados e domingos a coleta de lixo não é realizada.

A.2)- programas de coleta de lixo reciclável

a) compra do lixo

O Programa “Compra do Lixo”, implantado em 31 de janeiro de 1989, na gestão do prefeito Jaime Lerner, atende atualmente um universo de quarenta e duas áreas de comunidade organizadas da cidade.

Para o Programa “Compra do Lixo” ser viabilizado, tornou-se importante que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, como responsável direta pelo Programa, contasse com a participação e parceria de outros órgãos públicos municipais, como a Secretaria Municipal de Abastecimento e a Fundação de Associação Social - FAS, assim como a parceria com entidades da sociedade civil, no caso, a Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais - Fepar e as Associações de Moradores, entidades representativas das comunidades onde o Programa se realiza.

O Programa de “Compra do Lixo” surgiu como objetivo resolver as dificuldades da coleta de lixo em áreas pobres da cidade, que apresentavam graves problemas ambientais e apresentavam dificuldades quanto ao acesso e circulação do caminhão de Coleta Domiciliar Convencional. A circulação do caminhão coletor era inviabilizada pelo fato de que essas áreas, localizadas em fundos de vale, encostas de morro, apresentavam ruas estreitas e mal conservadas, com espaço reduzido para manobras desse caminhão. O Programa “Compra do Lixo” teve como objetivo atender a população pobre dos bairros da cidade, vindo a se constituir como alternativa à coleta domiciliar.

Para realizar esse Programa “Compra do Lixo” o poder público teve como base diagnóstico da situação em se encontravam as vilas e bairros, que apresentavam dificuldades em relação à coleta do lixo e constataram a existência de excesso de lixo depositado em várias situações, comprometendo o ambiente dessas áreas, tendo em vista que o lixo era encontrado a céu aberto, em valetas, vias públicas, fundos de quintais, terrenos baldios, nas margens de rios e córregos.

Outro problema constatado pelo diagnóstico estava relacionado ao comprometimento da saúde dos moradores dessas áreas, uma vez que se constatou a alta incidência de doenças veiculadas por moscas, ratos... A população infantil expunha-se de forma mais acentuada a essa situação de risco, sendo a mais vulnerável às contaminações e doenças transmissíveis por essa via.

Outro agravante constatado no diagnóstico estava no fato de que essas vilas e bairros da cidade não tinham infra-estrutura e a falta de saneamento básico era

generalizada, contribuindo de forma significativa para agravar o quadro de problemas ambientais existentes nesse espaço urbano da cidade.

- Como funciona

O poder público municipal estabelece uma parceria com a comunidade interessada em realizar o Programa, na sua área, sendo que a comunidade assume a responsabilidade de gerenciar a coleta do lixo e o poder público de orientar, viabilizar a compra do lixo e fornecer infra-estrutura de funcionamento do Programa.

1- tarefas da comunidade

a)- a condição para que a população de uma área participe do Programa "Compra do Lixo" é de que tenha organização social, exigindo a existência de uma Associação de Moradores da área; na falta, o primeiro passo a ser seguido é, exatamente, a criação dessa entidade representativa da população moradora da área interessada no Programa;

b) - a Associação de Moradores torna-se responsável pela realização do Programa "Compra de Lixo" na área, estabelecendo uma parceria, entre a entidade representativa dos moradores da área e o poder público municipal, através de um Convênio firmado entre a comunidade e a Prefeitura Municipal de Curitiba;

c) - a responsabilidade da Associação de Moradores está em gerenciar a coleta e a "troca do lixo", distribuindo os sacos plásticos de 60 litros para os moradores coletarem seu lixo, controlando o número de sacos contendo lixo, depositados pela família participante do Programa, na Caçamba, no local destinado para depósito desse lixo;

d) - a Associação de Moradores, por este trabalho, recebe do poder público 10% do valor pago a cada saco contendo lixo depositado. O total desse valor é repassado para a Associação de Moradores, através de depósito bancário, em conta corrente da entidade, aberta para essa finalidade, pois os recursos deverão ser utilizados em obras e serviços que revertam para a comunidade local;

e) - responsabilidade de atender a Caçamba, instalada pelo poder público, para depositar o lixo coletado pelos moradores da área.

2 - tarefas do poder público

a) - estabelecer contato com a população para orientar a organização e desenvolvimento e realização do Programa;

b) - instalação de uma Caçamba com capacidade de sete metros cúbicos, em local fixo e pré-determinado para depósito do lixo coletado pelos moradores da área.;

c) - fornecer sacos de lixo com capacidade de 60 litros para captação e acondicionamento dos resíduos. Cada saco, em média, tem capacidade para acondicionar de 8 a 10 quilos de lixo a serem depositados na Caçamba;

d) - fornecer o produto para realizar a troca do lixo. Inicialmente cada saco contendo de 8 a 10 quilos de lixo era trocado por um vale-transporte. A partir de julho de 1991, ocorreu a substituição do vale-transporte por produtos hortifrutigranjeiros sazonais⁴⁹

- Alcances do Programa

a) - atualmente mais de cem mil pessoas estão, de forma indireta, envolvidas na ação do Programa. Cerca de quatrocentas toneladas de lixo são produzidas;

⁴⁹ O poder público, procurando apoiar os pequenos produtores da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, passou a adquirir o excedente da produção dos diversos gêneros das safras desses agricultores, através de convênio firmado entre a Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais - FEPAR, com a finalidade de atender o Programa "Compra do Lixo". Dessa forma, cada família moradora da área, que depositasse de um a quatro sacos de lixo na Caçamba, recebia, em troca, uma sacola contendo um tipo de gênero alimentício - ovos/maçã/banana/repolho/etc. Essa sacola correspondia ao valor monetário de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos). Já a família moradora da área que depositasse cinco sacos de lixo na Caçamba, poderia receber, em troca do lixo, uma sacola contendo gêneros diversificados - arroz/feijão/mel/batata/cenoura/cebola/alho/doce em pasta/ o que corresponderia ao valor de 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos). Os produtos, fornecidos pelo poder público para esse Programa, eram escolhidos de acordo com a demanda de mercado, seguindo o critério de qualidade nutritiva e energética alimentar.

b) - redução da quantidade de lixo exposto na área, melhorando de forma significativa as condições de saúde dos moradores das áreas de participantes do Programa, reduzindo a incidência de doenças causadas pelos vetores: moscas, ratos...

c) - destinação, pela comunidade, dos locais utilizados para depósitos de lixo exposto a céu aberto para a organização de hortas comunitárias;

d) - os moradores adquiriram informações corretas em relação ao manejo dos resíduos quanto ao acondicionamento, procurando evitar a exposição do lixo, até no período dos intervalos de coleta;

e) - possibilitou maior integração dos moradores das áreas participantes do Programa, contribuindo para encontrar solução para os problemas da sua comunidade;

f) - apoio do poder público para o escoamento da produção dos gêneros da safra dos hortifrutigranjeiros, produzidos pelos pequenos agricultores da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral;

g) - contribuição para enriquecer as condições alimentares das famílias mais carentes das áreas participantes do Programa.

b) - Programa "Lixo que não é Lixo"

O Programa "Lixo que não é Lixo" foi implantado pelo poder público municipal, em 13 de outubro de 1989, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, constituindo-se em novidade no serviço de coleta dos resíduos sólidos urbanos; teve como objetivo separar o lixo doméstico no local da própria fonte geradora, a moradia, visando garantir a vida útil projetada para o Aterro Sanitário.

- *Como funciona*

O funcionamento do Programa consiste em separar previamente o lixo orgânico - restos de comida, sobras de alimentos, papel higiênico.. do lixo inorgânico - papel/pape-lão, vidro, metais ferrosos, plástico. A coleta do lixo é realizada de acordo com os dias e horários preestabelecidos, não coincidindo com os dias da coleta convencional.

O material reciclável coletado, atualmente, 55 (cinquenta e cinco) toneladas/dia. Cerca de 70% é vendido para os depósitos da iniciativa privada; o restante, 30%, é encaminhado à Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis.

Destaca-se que a coleta da maior parte do material reciclável em Curitiba é realizada pela atividade dos “carrinheiros”, mais de três mil pessoas, que vivem em função desse trabalho de coleta de lixo, recolhendo, aproximadamente, 150 toneladas/dia de material que vendem aos depósitos de sucata existentes na cidade.

Os “carrinheiros”, antigas famílias que tradicionalmente sobreviveram dessa atividade de trabalho informal, tiveram sua ação regulamentada pela Fundação da Ação Social da Prefeitura, através do Programa “Carrinheiro Cidadão”. Essas famílias foram organizadas em cadastro de mil e trezentos carrinheiros e passaram a receber equipamentos - carrinhos e coletes de identificação, para exercerem o trabalho de coleta dos materiais recicláveis da cidade.

A menor parte do lixo reciclável coletado pelos caminhões, tipo baú, pertencentes ao Programa, após ser pesado, é encaminhado para a Unidade de Valorização de rejeitos (Usina de Reciclagem) ou para o depósito de reciclagem. Nesses locais, funcionários treinados realizam a separação do lixo reciclável, pesando cada tipo de material, acondicionando e estocando, para posterior venda dele para indústrias de transformação.

b.1) - “Lixo que não é Lixo” - Shopping Center

O Programa “Lixo que não é Lixo” nos Shopping Centers de Curitiba foi recentemente implantado para realizar a coleta seletiva de resíduos recicláveis nesses locais. A ação educativa, desenvolvida junto aos Shopping Centers de Curitiba, tem como objetivo orientar os lojistas para a melhoria do processo de separar previamente o lixo reciclável, em cada loja, organizando a coleta no interior do Shopping, facilitando a entrega do material reciclável.

A entrega do material reciclado pode ser feita para a Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável ou para os Coletadores de papel, de acordo com as normas estabelecidas pela Administração do Shopping. No que se refere ao público freqüentador do Shopping, nas praças de alimentação, foram instaladas lixeiras diferenciadas para a coleta do lixo, buscando incentivar a participação desse público no Programa de Coleta Seletiva do Lixo.

b.2) - “Lixo que não é Lixo” em Condomínios

O Programa “Lixo que não é Lixo”, em Condomínios, foi implantado a partir de 1996, com o objetivo de ampliar a abrangência desse Programa, tendo em vista que os Condomínios apresentam maior concentração de pessoas, gerando maior quantidade de resíduos, em decorrência de que a população moradora em Condomínios situa-se numa faixa de renda que possibilita maior acesso ao consumo, aumentando o volume de produção de lixo nesses locais.

Como forma de ampliar e fortalecer essa modalidade de coleta seletiva do lixo, o poder público municipal, tem procurado consolidar parcerias com instituições privadas - administradoras de imóveis, sindicatos e similares, buscando ampliar e implementar a ação do Programa junto aos Condomínios de Curitiba.

- Alcances do Programa

O Programa “Lixo que não é Lixo” buscou alcançar: redução do volume diário de lixo a ser depositado nos aterros sanitários, possibilitando aumentar o período de vida útil desses aterros; diminuir a poluição ambiental e agressão visual; contribuir com a limpeza urbana e saúde pública; gerar trabalhos diretos e indiretos; contribuir para a garantia de qualidade de vida local e global; gerar formas de mobilizar a economia local; poupar a geração de recursos naturais renováveis e não renováveis; possibilitar a geração de recursos destinados ao social; alterar o comportamento da população em relação ao desperdício; fortalecer uma nova mentalidade ambiental da população; reduzir o consumo de energia pelas indústrias; reduzir o custo de produção, em decorrência da utilização do material reciclável pelas indústrias de transformação.

Em resumo, o Programa “Lixo que não é Lixo” poderia reciclar um terço dos resíduos sólidos produzidos em Curitiba, vindo a poupar uma área de dois mil e duzentos metros cúbicos ao dia do Aterro Sanitário. Foram coletadas, até o mês de agosto de 1998 11.137, 13 toneladas de material reciclável (PMC, Departamento de Limpeza Pública, 1998).

c) - “Câmbio Verde”

O Programa “Câmbio Verde”, implantado em junho de 1991, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, é uma derivação do Programa “Compra do Lixo” e do Programa “Lixo que não é Lixo”, tendo como objetivo a troca do lixo reciclável por produtos hortifrutigranjeiros. Atualmente o Programa possui 61 (sessenta e um) postos de troca de material reciclável.

Esse Programa buscou dar apoio aos pequenos produtores, no escoamento de suas produções, tendo em vista que, na época, atravessavam dificuldades para a comercialização de seus produtos. O poder público estabeleceu Convênio com a Fepar - Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais da Região Metropolitana de Curitiba e passou a adquirir o excedente da produção dos gêneros que passaram a compor a base do Programa “Câmbio Verde”, uma vez que a população, ao levar lixo reciclável nos pontos de troca, recebia uma sacola contendo esses gêneros.

- *Como funciona*

c.1) - Ponto de Troca

O Programa “Câmbio Verde” estabeleceu, como público alvo: - famílias que tenham até três salários mínimos de renda desde que estivessem organizadas em entidades legais; - indústrias; - entidades filantrópicas.

Para a população participar desse Programa, era necessário que coletasse cinco quilos de lixo de material reciclável (papel/papelão/vidro/sucata ferrosa e não ferrosa) e trocasse por uma sacola, contendo gêneros hortifrutigranjeiros equivalentes ao valor de R\$0,42 (quarenta e dois centavos).

A troca do lixo reciclável pela sacola contendo gêneros alimentícios era realizada nos pontos de troca, em visitas quinzenais, em datas e horários preestabelecidos pelo poder público, em locais fixos. A população se desloca até esse local para realizar a troca do material coletado. Lá existe um caminhão-baú e funcionários que recebem o material reciclável que passa por verificação e pesagem. As pessoas recebem uma senha, dirigem-se ao um segundo caminhão para receber a sacola com os gêneros alimentícios.

A gerência desse Programa está a cargo dos próprios funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Gerência de Educação Ambiental, em parceria com a Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba. A organização da população em sociedade é condição para que essa parceria seja completada e que essa ação ambiental tenha êxito.

c.2) - “Câmbio Verde Solidarietàade”

O Programa “Câmbio Verde” não se restringia apenas às áreas pobres dos bairros de periferia da cidade, mas passou a desenvolver outras modalidades de atuação, desdobrando-se em outras formas de ação.

Esse Programa “Câmbio Verde Solidarietàade” foi realizado nas Entidades Assistenciais, com o objetivo de promover e incentivar a reciclagem do lixo e contribuir, também, para o incremento alimentar da população vinculada a essas entidades e fornecer alimentação para aquela população em condições de extrema carência.

c.3) - “Câmbio Verde Especial nas Escolas”

O Programa “Câmbio Verde Especial nas Escolas”, destinado às escolas públicas municipais, apresentava um objetivo educativo: consolidar nas crianças atitudes de separar o lixo reciclável, sensibilizando-as para necessidade de reciclar o lixo como fator de bem-estar social, em que o meio ambiente é patrimônio coletivo da humanidade. Esse Programa Especial troca o lixo reciclável por cadernos, brinquedos, chocolates, ingressos para shows, entre outros.

O Programa “Câmbio Verde, até agosto de 1998, coletou 2.586,59 toneladas de material reciclável (PMC, Departamento de Limpeza Pública, 1998).

- Alcances do Programa

O Programa “Câmbio Verde”, nas suas diferentes modalidades, buscou realizar ações de alcance ambiental, visando, além do aspecto educativo, contribuir para incrementar a qualidade de vida dos setores pobres da população, principalmente através de subsídio alimentar básico para essa população urbana e geração de renda para a população rural. As ações desenvolvidas tiveram alcances quanto a: apoio à comercialização dos gêneros produzidos pelos pequenos produtores de Curitiba e Região Metropolitana, como forma de escoamento de suas safras; ações de sensibilização da população, criando hábitos na separação do lixo orgânico, do lixo inorgânico, contendo material reciclável e, em relação à destinação final desses tipos de resíduos sólidos urbanos; subsídios para incrementar a alimentação da população pobre dos bairros da cidade.

A.3) - Lixo Vegetal

O serviço especial de Coleta de Resíduos Vegetais do poder público municipal foi implantado em setembro de 1991, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, tendo como objetivo a coleta do lixo vegetal acumulado pela limpeza de quintais e manutenção de jardins.

- Como funciona

O material acumulado, após ser coletado pelo serviço especial, no local em que está depositado, é encaminhado para o Depósito de Resíduos Vegetais, situado no Parque Náutico. Esse lixo passa por um processo de separação, resultando material para ser usado como lenha, servindo de combustível nos fogões das cozinhas dos Piás Ambientais, fornos de olarias ou panificadoras da cidade. O material resultante de folhas e galhos finos passa por processo de trituração e é transformado em composto orgânico.

O serviço especial de Coleta de Resíduos Vegetais é um serviço oferecido à população da cidade de forma gratuita, sendo necessário que o interessado, para ser atendido, faça uma solicitação ao sistema organizado para esse fim pelo poder público municipal.

A.4) - Resíduos Sólidos de Saúde

O poder público municipal, desde 1988, vem aperfeiçoando o sistema de coleta desse tipo de resíduo, quando da elaboração do “Projeto de Coleta e Disposição Final Diferenciada”⁵⁰. Em 1992, realizou estudos sobre formas de manejo desses resíduos, preocupando-se desde a produção, na fonte geradora, até a disposição final desse resíduo. Em 1994, lançou o Programa de “Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde”, seguindo disposições federais⁵¹, regulamentando procedimentos mínimos para o gerenciamento desse tipo de resíduos sólidos, tendo em vista a preservação da saúde pública da população.

O Programa de “Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde” buscou reduzir a quantidade de resíduos destinados à vala séptica, através da implantação do sistema de coleta diferenciada dos resíduos comuns, recicláveis e infectantes; normatizar os procedimentos de segregação dos resíduos, conforme a classificação da ABNT, que considera a natureza e o potencial de risco dos mesmos; incinerar os resíduos infectantes como método de destinação final, necessitando de área reduzida de operação, com maior segurança e garantia do controle de contaminação”.

Esse Programa contou com a ação de parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Ao Meio Ambiente coube a responsabilidade da coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de saúde e o monitoramento ambiental.

⁵⁰ Em 1986, este tipo de resíduos sólidos urbanos teve seu gerenciamento estabelecido por Lei Municipal n.º 6866/86, com objetivo de disciplinar o gerenciamento dos resíduos de saúde. Em 1988, a Secretaria do Meio Ambiente, com o Ippuc, elaborou o “Projeto de Coleta e Disposição Final Diferenciada”

⁵¹ Resolução n.º 05 de 05/08/93 do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, no artigo n.º4, estabelece que “Caberá aos estabelecimentos de serviços de saúde o gerenciamento dos resíduos

Coube à Secretaria Municipal de Saúde o treinamento dos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos das intra-instituições de saúde e o monitoramento do processo de segregação (separação na fonte geradora do resíduo), na unidade geradora.

Os Geradores – 69 (sessenta e nove) grandes e 246 (duzentos e quarenta e seis) pequenos – ficaram responsáveis pela sensibilização do corpo funcional, visando desenvolver atitudes e ações adequadas, no sentido de cumprir etapas do processo de segregação, acondicionamento, transporte interno e entrega ao sistema de coleta do poder público, de acordo com procedimentos estabelecidos pelo Plano de Gerenciamento. Até agosto de 1998, o total de produção do lixo hospitalar foi de 2.923,80 toneladas de resíduos coletados (PMC, Departamento de Limpeza Pública, 1998).

A.5)- Resíduos Perigosos Domiciliares

Resíduos Perigosos Domiciliares são aqueles que merecem, na definição do poder público municipal, cuidados especiais em relação a sua disposição final, como no caso das pilhas, baterias de telefones celulares, medicamentos vencidos, embalagens de inseticidas, lâmpadas fluorescentes, toner, restos de tinta, solventes. Esse tipo de resíduo, que normalmente é acondicionado junto ao lixo domiciliar, acaba tendo como destinação final o Aterro Sanitário. Esse material tóxico, com o transcorrer do tempo, pode vir a liberar elementos químicos, contaminando o solo e a água do lençol freático.

- Como funciona

Através de campanhas publicitárias, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente está sensibilizando a população para a necessidade de acondicionar esse tipo de resíduos e encaminhar para os caminhões coletadores que ficam estacionados, um dia por semana, em cada um dos terminais de ônibus da cidade.

Os resíduos coletados, em condições de reciclagem, são armazenados, obedecendo a normas de segurança, na Central de Tratamento de Resíduos Industriais, até que possam ser transformados e os demais são acondicionados adequadamente, permanecendo depositados na mesma central.

O Programa de Coleta Especial de Resíduos Perigosos Domiciliares foi implantado recentemente, não havendo condições de estabelecer uma avaliação mais criteriosa do alcance obtido pelo Programa.

A.6) - Varrição

O poder público municipal, através do Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, desenvolve outra modalidade de serviços de limpeza da cidade como: a varrição manual ; varrição mecânica; desobstrução de vias e logradouros públicos; limpeza especial; limpeza e lavagem de feiras-livres.

Quadro 2.1 - Coleta de resíduos sólidos - Curitiba - 1996

Programas de Coleta de Lixo	Modalidade	Total Coleta Toneladas	Ton/Mês	Ton/dia	Lixo deposit. / Caximba/Ctba
					423581,07/Ton
I)Convencional	Domiciliar	316.465,63	26.372,14	1.054,89	74,7%
II)Reciclado	1 - Compra do lixo	5.659,28	471,61	18,86	1,3%
	2 - Lixo que não é Lixo	12.078,93	1.006,58	40,26	2,8%
	3 - Câmbio Verde	2795,47	279,55	11,18	0,65%
III) Outros	1 - Vegetal	13.268,70	1.105,73	44,23	3,1%
	2 - Hospitalar	4.767,27	397,27	15,89	1,2%
	3 - Varrição	29.394,13	2.449,51	97,98	6,9%

Fonte: Departamento de Limpeza Pública, PMC - 1996

A.7) - destinação final dos resíduos sólidos

a) - Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis

A Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis, localizada no município de Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba, teve sua implantação consolidada a partir do funcionamento do Programa “Lixo que não é Lixo”. A Unidade de Valorização é gerenciada pela Fundação de Ação Social - FAS e recebe diariamente todo o material coletado pelo Programa “Lixo que não é Lixo” e Câmbio Verde.

- *Como funciona*

O material coletado pelos caminhões específicos de coleta do “Lixo que não é Lixo”, que circulam na cidade de acordo com cronograma preestabelecido, em termos de dia, hora, local da coleta, é encaminhado para a Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis. O material, ao ser descarregado na unidade, é conduzido sobre um equipamento de esteira mecânica, operada com sistema intermitente em velocidade adequada, possibilitando que os funcionários responsáveis pela classificação do material possam realizar a separação do papel, papelão, plástico, vidro, metais ferrosos e não ferrosos.

Ao se efetuar a etapa de separação e classificação por tipo de material, ocorre um segundo momento em que esse material passa a ser acondicionado: papel/papelão - são prensados, amarrados, pesados e estocados; plástico - é separado classificado de acordo com sua composição química, prensado, amarrado, pesado; lata - é prensada, pesada e estocada; vidro - passa por outra classificação agrupado de acordo com a cor (branca, âmbar, verde, azul), triturado, lavado, descontaminado e estocado em silo; sucata ferrosa grande - é estocada no pátio de sucata; outros materiais - são estocados em galpão; rejeito - encaminha-se ao Aterro Sanitário da Cachimba.

O material reciclado produzido pela Unidade passa a ser vendido a grandes empresas de sucata ou às indústrias que realizam o processo de reciclagem propriamente dito, tendo em vista que esse material após selecionado,

transforma-se em insumos para indústrias especializadas na produção de gêneros que necessitam de matéria prima fornecida por esses materiais.

A produção da Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis, no ano de 1998, foi: 35% de papel/papelão, sendo o material que mais contribuiu com essa produção; em seguida, destaca-se o material de vidro, com 15% da produção total; os vários tipos de especificação de plástico participaram com 11% dessa produção; a lata, com 10%; o ferro com 7%; a madeira, com 2% de material a ser transformado; 18% de rejeitos, encaminhados ao Aterro Sanitário (PMC, Departamento de Limpeza Pública, 1998).

Destaca-se a atuação dos “carrinheiros” ou catadores que, em cálculos estimados de 1.000 (mil) catadores por dia, produzindo uma coleta de 150 (cento e cinquenta) toneladas por dia, em um ano (360 dias), recolhem 54.000 (cinquenta e quatro mil) toneladas por ano de material reciclado.

- Alcance do Programa

Os recursos financeiros gerados pela venda dos Resíduos Sólidos Recicláveis são destinados à Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba que passa a aplicar em obras necessárias para programas sociais, que atendam a população pobre da cidade.

b) - Aterro Sanitário Sul da Caximba

O Aterro Sanitário da Caximba foi implantado em novembro de 1989. Antes do funcionamento desse aterro, a cidade de Curitiba e os municípios da Região Metropolitana não possuíam local adequado para disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

O poder público municipal utilizava estes depósitos de lixo: - os lixões localizados na Cidade Industrial de Curitiba; Lamenha Pequena, em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana. Esses lixões foram desativados e recuperados, passando a ter uma função de aterros sanitários de condições controladas.

O Aterro Sanitário da Caximba está localizado em uma área de 410 mil metros quadrados. A área ocupada atualmente para a destinação de lixo é de 270 mil metros quadrados, apresentando um período de vida útil de onze anos e cinco meses. Com capacidade de deposição para 3.239.500 toneladas, sendo que até maio de 1996 haviam sido depositadas 2.173.634,66 toneladas de resíduos urbanos.

Ao escolher o local para instalação desse Aterro Sanitário, o poder público municipal realizou estudos técnicos preliminares de normas operacionais para que houvesse relativa segurança no controle de poluição ambiental e de proteção ambiental, sendo adotado cálculo de produção média de lixo "per capita" de 0,55kg/hab/dia, sendo projetada uma abrangência variável de 75 a 90% do sistema de coleta dos resíduos sólidos urbanos, nos anos de 1988 a 2010.

A concepção desse Aterro Sanitário caracterizou-se por receber apenas resíduos sólidos urbanos de natureza doméstica, tendo como base a preocupação em garantir a qualidade da água que abastece Curitiba, pelo fato de sua captação estar localizada nos mananciais hídricos da Região Metropolitana.

Os resíduos depositados no Aterro Sanitário da Caximba são provenientes da coleta domiciliar, dos serviços de varrição, limpeza de vias pavimentadas e feiras, dos programas especiais - compra do lixo, coleta especial de resíduos vegetais, coleta particular realizada por grandes geradores de resíduos e pelos resíduos gerados pelos municípios da Região Metropolitana de Curitiba: Almirante Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, Mandirituba, Pinhais, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras.

No ano de 1998, período de janeiro a setembro, a origem dos resíduos depositados no Aterro Sanitário da Caximba era de 63,72% gerados em Curitiba; 19,77% gerados em outros municípios, 15,56% de particulares e 0,95% de origem de programas especiais de coleta (PMC, Departamento de Limpeza Pública, 1998).

c) - Vala Séptica

A Vala Séptica foi implantada em 1988, com o funcionamento do sistema de coleta hospitalar diferenciada, considerando que os resíduos de serviços de saúde eram coletados e depositados juntamente com os resíduos sólidos urbanos, tendo como destinação final o mesmo aterro sanitário que, na ocasião, era o Aterro controlado da Lamenha Pequena.

- *Como funciona*

A Vala Séptica, localizada da Cidade Industrial de Curitiba, ocupando uma área de 37 mil metros quadrados, apresenta-se como solução de baixo custo. Os resíduos depositados diariamente são “sepultados” em uma vala(4x4x3,5 metros), com tamanho suficiente para acomodar o lixo gerado em um dia; ao fim do dia recebe uma camada (um metro) de terra, sem a compactação desse material, visando não romper os sacos plásticos, para que a percolação de líquidos seja reduzida e, portanto, diminuindo o custo financeiro, por não necessitar de sistema de drenagem e tratamento desses líquidos.

O processo de degradação é muito lento, acarretando a ocupação de grande extensão de área de terreno destinado à Vala Séptica.

d) - Incineração

O processo de Incineração foi implantado em outubro de 1994, visando diminuir a quantidade dos resíduos sólidos de serviços de saúde que apresentavam contaminação e eram depositados na Vala Séptica. Esses resíduos passaram a ser incinerados de acordo com técnica específica de classificação (classe A, conforme NBR).

- *Como funciona*

Participam desse Programa hospitais, laboratórios, clínicas, bancos de sangue e postos de saúde. O poder público municipal realiza a distribuição de caixas de papelão específicas para esses estabelecimentos acondicionarem os resíduos, coletados de acordo com orientações de medidas de segurança; em seguida, são transportados para os caminhões coletadores, equipados com sistema de incineração.

Quadro 2.2 - Destinação final de resíduos sólidos - Curitiba - 1996

Local	Modalidade	Total	Relação % Aterro Sanitário
Caximba	Aterro Sanitário	423. 581, 07 TON	100% do Aterro
Campo magro	Unidade de valorização	2. 531,762 KG	0,06 do Aterro

Fonte: Departamento de Limpeza Pública, PMC - 1996

B) – educação ambiental

Inicialmente a Educação Ambiental foi realizada pela divisão de Promoção e Educação Ambiental, vinculada ao antigo Departamento de Parques e Praças e estava direcionada às escolas da rede municipal de ensino. A partir de 1989, a Educação Ambiental assume dimensão mais ampliada em duas direções: - nas escolas, inserida nos currículos, tendo abrangência interdisciplinar; - na comunidade, atendendo interesses dos mais diversificados grupos, que buscavam abordar questões no contexto ambiental.

A diretriz da Educação Ambiental proposta para ser realizada pela Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, colocou como missão:

executar o programa de Educação Ambiental da SMMA para a população de Curitiba, de forma gratuita e de boa qualidade em conformidade com a Constituição federal, Capítulo VI - do Meio Ambiente, artigo 225, parágrafo 1º item VI, dando ênfase na solidariedade para a continuidade de vida no planeta. (PMC, Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, 1998)

Os serviços que atualmente integram a Gerência de Educação Ambiental são: Educação Ambiental no Ensino Formal; Educação Ambiental Comunitária; Educação Ambiental em Unidades de Conservação; Piá Ambiental; Serviço de Pesquisa e Produção de Material Instrumental.

A Educação Ambiental desenvolveu-se como um dos fundamentos dos programas dedicados à gestão de resíduos sólidos urbanos, nos Programas “Lixo que não é Lixo”, “Compra do Lixo”, “Câmbio Verde”, na medida que tais Programas foram implantados e se expandiram. Situação semelhante ocorreu com a ação educativa desenvolvida pela Educação Ambiental: ampliou-se e exigiu uma estruturação mais consistente nos seus propósitos, buscando a criação de instrumentos adequados à realidade colocada, como foi o caso do personagem “Família Folhas”, que surgiu como recurso educativo nas campanhas de sensibilização da população de Curitiba para a coleta seletiva do lixo - Programa “Lixo que não é Lixo”.

a) - A “Família Folhas”

Com a preocupação de divulgar os Programas de Coleta Seletiva do Lixo em Curitiba, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente criou a “Família Folhas” como personagem símbolo, vinculada ao Programa, passando a ser instrumento de sensibilização da população para a necessidade da reciclagem do lixo. A “Família Folhas” foi inspirada na folha que é logomarca que simboliza Curitiba como “Capital Ecológica”.

A “Família Folhas” composta por quatro membros – pai, mãe, filho, filha – divulga, através de teatro, a importância e necessidade de reciclar o lixo e preservar o meio ambiente. Busca incentivar a população à valorização da integração homem e natureza, no processo de gestão ambiental da cidade, repassando informações, conceitos e práticas, tendo como referência desenvolver atitudes quanto à melhoria de qualidade de vida na cidade.

b) - no ensino formal

A Educação Ambiental, no Ensino Formal, tem sido realizada nas escolas da rede municipal. Para os alunos, sua ação ocorre através da integração à proposta curricular de cada escola e para professores, diretores e estudantes do curso de magistério, através de cursos, palestras e seminários.

Nas escolas de ensino particular, a Educação Ambiental é realizada através de convênio estabelecido entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e o Sindicato das Escolas Particulares, ampliando, desta forma, a ação de sensibilização da questão ambiental no ensino formal.

As atividades desenvolvidas nesse tipo de atuação, constituem-se em: palestras de Educação Ambiental para professores; capacitação de professores; Programa Olho D’Água; plantio escolar; Câmbio Verde; participação no grupo de estudos de Educação Ambiental da Universidade Livre do Meio Ambiente.

c) - em comunidades

A missão estabelecida pela Educação Ambiental para realizar esse tipo de atuação coloca-se em: “desenvolver ações de Educação Ambiental para a população organizada do município de Curitiba, de forma gratuita, com boa qualidade, com ênfase na corresponsabilidade entre instituição pública e comunidade” (PMC, Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, 1998).

As atividades desenvolvidas nessa modalidade de Educação Ambiental, constituem-se de atendimento aos seguintes Programas: Lixo que não é Lixo; Compra do Lixo; Piá Ambiental; Piá Ambiental no Ofício; Câmbio Verde; Plantios Comunitários; Programa Olho D'Água.

d) - nas microbacias de Curitiba – Projeto Olho D'Água

O Projeto Olho D'Água é um Projeto de Educação Ambiental através do Monitoramento da Qualidade da Água, visando a inclusão de Curitiba na rede de “Cidades Saudáveis” da Organização Mundial de Saúde, que:

visa constituir uma rede de cidades determinadas a procurar em conjunto novas maneiras capazes de promover a saúde e melhorar o ambiente ... procura conciliar duas vertentes: o diagnóstico e classificação da qualidade da água e por outro lado a participação da comunidade na gestão ambiental dos recursos hídricos, através das escolas da rede pública e privada dos 'PIAs Ambientais, Núcleos Regionais de Saúde, Associações de Moradores e outras organizações representativas da comunidade, estabelecendo base para efetivação das ações⁵² de recuperação da qualidade dos rios (PMC, Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, 1998).

O Projeto Olho D'Água busca mobilizar a população para novas atitudes, visando melhorar as condições de saúde, na prevenção de doenças hidroveiculadas, melhorando a qualidade ambiental e hídrica dos rios e fundos de vale de Curitiba.

O Projeto compreende um plano de trabalho com duração de dois anos, passando por constantes avaliações e aperfeiçoamento, durante esse período, como prática metodológica na constituição de hábitos a serem incorporados pela

⁵² Documento contendo a proposta do Projeto Olho D'Água da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

população local, e acompanhar as condições de qualidade dos rios e fundos de vale, existentes na cidade.

- Como funciona

O primeiro passo para implantar o Projeto Olho D'Água consiste em selecionar as áreas de abrangência do Projeto. O segundo passo está na elaboração de material instrucional e divulgação do Projeto. O terceiro, na formação de grupos de agentes multiplicadores, com objetivo de treinar as equipes responsáveis pela execução do Projeto, que deverão repassar para a população os objetivos da ação a ser desenvolvida.

Na etapa seguinte, acontece realização do levantamento de dados da área, onde o Projeto será realizado, seguida da análise técnica das condições de qualidade da águas dos rios existentes nessa área, priorizando as áreas em que tenha se desenvolvido o Prosam. Com base nas informações levantadas, formar-se-á um bancos de dados. Diante das análises a serem desenvolvidas, passar-se-á a planejar ações de recuperação e conservação dos rios e fundos de vale de Curitiba.

O êxito do Projeto Olho D'Água, ao procurar cumprir os objetivos da "Agenda 21", está na capacidade de desenvolver as ações do poder público municipal, com base na articulação dos atores institucionais, políticos e sociais na perspectiva do "monitoramento participativo", ao trabalhar as complexidades existentes no contexto da realidade urbana.

e)- piá ambiental

O Projeto Piá Ambiental, foi implantado em 1990, como derivação do Programa "Compra do Lixo". As 34 unidades do Piá Ambiental existentes até 1995 possibilitaram desenvolver a ação educativa ambiental com menores, entre 4 a 17 anos, contribuindo para proteção da vegetação de várias regiões da cidade. Construíram-se hortas comunitárias, desenvolvendo não só o processo educativo com base ambiental como também subsidiando a alimentação das comunidades.

Como funciona

- A Secretaria Municipal do Meio Ambiente construiu espaços, equipamentos para funcionamento das unidades do Piá Ambiental existentes em cada área. As atividades desenvolvidas buscam retirar os menores das ruas, envolvendo-os nas atividades de educação artística e ambiental, recreação e mutirões de limpeza de fundos de vale.

O Projeto Piá Ambiental no Ofício atende os adolescentes de 14 a 17 anos, oferecendo treinamento para o ingresso no mercado de trabalho, com iniciação profissional nas áreas de jardinagem, floricultura e produção de mudas. Como forma de valorização da mão-de-obra dos adolescentes participantes do Projeto, esses são colocados para prestação de serviços em órgãos públicos e empresas que apoiam essa ação do poder público municipal.

f) - em Unidades de Conservação

A missão da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação, busca

desenvolver atividades ... direcionadas às Unidades de Conservação de Curitiba, com grupos organizados da população, promovendo através de informações técnicas e práticas lúdico-pedagógicas à reflexão e ações conscientes quanto às questões ambientais (PMC, Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, 1998).

As atividades desenvolvidas para atingir essa missão educativa constituem-se em: interpretação ambiental dos Parques e Bosques de Curitiba; cursos de capacitação de professores e alunos de magistério; atividades práticas com grupos organizados - escoteiros, escolas, empresas, polícia florestal, guarda municipal; visitas orientadas para alunos e público em geral; palestras sobre Unidades de Conservação; fauna e flora em escolas, universidades, empresas; atendimento a técnicos de instituições nacionais e estrangeiras; participação do grupo de estudos de Educação Ambiental da Universidade Livre do Meio Ambiente; plantio e identificação de espécies vegetais, nas áreas verdes, com alunos e grupos de escoteiros.

g) - pesquisa e produção de material instrucional

A Educação Ambiental buscou estabelecer a missão em relação a essa forma de atuação no sentido de “pesquisar, organizar e criar materiais instrucionais de educação ambiental para técnicos da SMMA, com conteúdo atualizado, adequado ao público e à finalidade a que se destinam, em conformidade com a política ambiental do município” (PMC, Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, 1998).

As atividades desenvolvidas na Pesquisa e Produção de Material Instrucional constituem-se em: pesquisa e elaboração de material de apoio técnico; organização de materiais de educação ambiental; palestras de educação ambiental em empresas, universidade; participação em projetos, em a parceria com a Universidade Livre do Meio Ambiente; participação no grupo de estudos de educação Ambiental da Universidade Livre do Meio Ambiente; atendimento a técnicos de instituições e público em geral.

h) - Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável - Recoopere

O trabalho de Educação Ambiental para os Coletadores de Material Reciclável foi iniciado em 1997, com a finalidade de esclarecer a importância da separação do lixo e da reciclagem, a contribuição prestada por esses trabalhadores para a qualidade ambiental da cidade, a economia prestada ao poder público por essa atividade, fortalecimento da organização desses trabalhadores, preparando-os e encaminhando-os para a Cooperativa de Coletadores.

A Cooperativa de Coletadores de Material Reciclável foi fundada em 18 de setembro de 1998, contando com a participação de 54 membros cooperados, visando melhorar a qualidade de vida, através autogestão dessa atividade e do exercício da cidadania. A Cooperativa, localizada na vila Parolim, possui como equipamentos: duas balanças, uma prensa, uma empilhadeira, um caminhão e ainda conta com um gerente da Cooperativa, um motorista, seis classificadores de materiais.

- *Como funciona*

A Educação Ambiental para os Coletadores de Material Reciclável é desenvolvida através de treinamento dos participantes, divididos em três blocos; são abordadas noções de cidadania, procedimentos para a separação e coleta correta do lixo reciclável e destinação do lixo reciclável. Os treinamentos são realizados uma vez por mês, em turmas de 30 pessoas, com três horas de aula de duração e, em seguida, os participantes são convidados a se associarem à Recoopere.

A Recoopere recebe assessoramento de Educação Ambiental, duas vezes por semana, buscando aprofundar o conhecimento dos coletadores quanto ao processo de qualidade dos materiais recicláveis para sua comercialização. A organização dos coletadores colocou-se como necessidade pelo fato de essa atividade caracterizar-se por uma condição de exploração, além dos possíveis comprometimentos de saúde, causados pelo manuseio do lixo.

C) – áreas verde urbanas

a) - Arborização

A arborização pública de Curitiba é uma das diretrizes estabelecidas pela política de áreas verdes, contribuindo para manter o elevado índice de área verde por habitante, que coloca Curitiba como a cidade brasileira que apresenta a maior extensão de área verde por habitante (52 m²), num total de 21 milhões de m².

A arborização, enquanto elemento de composição no sistema de áreas verdes de Curitiba, registra o início da sua trajetória a partir de 1974, com a criação do Plano de Arborização Urbana que, preliminarmente, se preocupava mais com o aspecto estético do paisagismo da cidade, posteriormente, teve sua concepção modificada, ao buscar ampliar os índices de arborização da cidade.

O volume de árvores plantadas em Curitiba, até 1990, era representado por 140 mil árvores, localizadas nos logradouros públicos, sem considerar as plantadas em bosques, parques, praças e outras áreas de lazer. Em 1995, esse número passou para 250 mil árvores plantadas.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na atual estrutura, tem capacidade de produção de 150 mil mudas/ano, mudas de espécies arbóreas nativas e exóticas, 16 mil mudas de árvores frutíferas, 260 mil mudas de flores, folhagens e forração e manutenção de 350 mil mudas, em dois hortos e três viveiros. Essa produção visa atender a arborização e ajardinamento de ruas, áreas de lazer, recuperação de áreas degradadas e aos interessados. A produção de espécies frutíferas busca atender aos programas como - Piá Ambiental, escolas e comunidades, para futura suplementação alimentar. As espécies forrageiras visam atender a alimentação dos animais do Zoológico (PMC, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1997).

O planejamento da arborização urbana, implantado em Curitiba, corresponde ao desempenho dos índices de áreas verdes existentes na cidade. Mesmo assim, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, reestruturando o Plano de Arborização, busca abranger áreas que não apresentam uma adequada compensação na sua cobertura vegetal e regiões com deficiência em áreas verdes, em decorrência da

degradação pela ocupação indevida do solo, aridez, impermeabilização excessiva, priorizando esses espaços da cidade na ação de arborização urbana.

b) - Bosques, Parques, Praças e Áreas de Proteção Ambiental

A política de áreas verdes de Curitiba foi adotada a partir da década de setenta, tendo como diretriz:

a utilização máxima dos benefícios ecológicos, econômicos e sociais que a vegetação incorporada ao meio urbano proporciona ... seja pela instituição de uma legislação municipal adequada, seja pelo planejamento de áreas naturais protegidas ou, ainda excepcional qualidade da arborização de seus logradouros (PMC, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1997).

Marco significativo na trajetória para a preservação e conservação do residual de áreas verdes existentes e, ecologicamente importantes de Curitiba, foi o ano de 1974, quando foram mapeadas e cadastradas 93 áreas de vegetação, na condição de preservação permanente. No ano de 1992, registrava-se, no Setor Especial de áreas Verdes da Lei 5234/75, a existência de 1.111 bosques de preservação permanente na cidade. A Lei garante a preservação de até 70% da cobertura vegetal dessas áreas verdes cadastradas.

A política de áreas verdes de Curitiba conta com trabalho de monitoramento sistemático da cobertura vegetal da cidade, iniciado em 1987, sendo possível a realização de inventário de áreas verdes existentes em condições de serem incluídas no Setor Especial de Áreas Verdes, tendo sido levantadas 810 novas áreas, elevando os 24.107.000m² cadastrados até 1988, para 40.958.700m² em 1989.

Registra-se um aumento do número de áreas públicas destinadas à utilização de parques e bosques da cidade, sendo que, até 1983, existiam apenas cinco parques e três bosques, em 1990 foram incorporadas mais seis áreas, em condições de utilização para essa finalidade. Em 1995, a cidade aumenta para nove o seu número de parques e para seis o total de bosques públicos à disposição da população de Curitiba e região. A inauguração do Parque Municipal do Passaúna, em 1991, foi importante para a região da cidade em que está localizado, pois protege a represa responsável pelo abastecimento de um terço da água potável consumida em Curitiba.

Cabe destacar um fato inédito em relação às áreas de proteção de mananciais existentes em Curitiba, ao serem transformadas em Áreas de Proteção Ambiental (APA). Ao serem institucionalizadas, utilizando-se o recurso legal de decretos específicos, redirecionando as finalidades dessas áreas para uso público. Essa ação política resultou na proteção de 82 milhões de metros quadrados, nas duas bacias hidrográficas mais importantes da cidade, a bacia do Passaúna⁵³ e a bacia do rio Iguaçu.

As áreas destinadas a parques e bosques da cidade caracterizam-se por possuir maior extensão, provida de infra-estrutura para atender maior potencial atrativo da população de Curitiba e Região Metropolitana, sendo equipadas com estacionamento para carros, sanitários públicos, churrasqueiras, lanchonetes. Essas áreas são diferenciadas das demais áreas de lazer da cidade, por apresentarem dimensões maiores e serem munidas de equipamentos para atender a maior demanda de freqüentadores.

Como componente da política de áreas verdes de Curitiba, cabe destacar que a cidade está provida de vastos instrumentos legais que regulamentam a atuação do poder público em relação à preservação e conservação da cobertura vegetal da cidade. O convênio estabelecido entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Prefeitura de Curitiba, além de inovador, atribuiu ao poder público municipal a competência para legislar sobre as áreas verdes localizadas na cidade, possibilitando ajustar a legislação municipal à preservação e conservação das reservas de áreas verdes existentes em Curitiba.

Assim, para se poder cortar uma árvore na cidade, é necessária a autorização, com vistoria "in loco", da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sendo sempre exigida a reposição da árvore cortada pelo plantio de outras duas árvores para cada espécie cortada. O corte de árvores, sem autorização prévia, implica na aplicação de multas, proporcionais à quantidade de árvores derrubadas; em caso de contestação da multa, a tramitação do processo é rápida. Para o corte de árvores em terreno destinado a construção, exige-se solicitação de corte acompanhada de projeto da edificação.

⁵³ A bacia do Passaúna - Decreto 80/91 e a bacia do rio Iguaçu - Decreto 410/91.

Outro dispositivo legal está relacionado à possibilidade de isenção total ou parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), proporcional ao percentual de área verde existente em cada lote que compõe o bosque cadastrado pelo Setor Especial de Áreas Verdes. O módulo urbano para fins de parcelamento deverá apresentar área mínima de dois mil metros quadrados.

Em síntese, o estudo realizado por Oliveira sobre os parques e bosque de Curitiba, coloca que:

o sentido geral da criação dos parques e bosques concentra-se, fundamentalmente, naqueles três primeiros parques criados nos anos 70. Não somente a função de combate às enchentes explica sua criação mas também a área de lagos, 3.191.578m², que corresponde a quase um terço dos 9.946.916m² de área verde criados na década de maior incremento, 1972-82, explica seu gigantesco tamanho. Os anos 80 e 90 têm seguido na mesma direção: é natural portanto que os parques perfaçam hoje 98,07% da área verde total dos parques e bosques do município. Contudo, não se pode esquecer que estes parques e bosques contribuíram ainda para solução de outros problemas e/ou tiveram outras causas. Isto demonstra, por outro lado, a variedade de interesses cobertos pelos parques e bosques mas, por outro lado, permite interrogar mais vivamente a trajetória do surgimento da variável urbanismo ecológico e sua relação com a criação das áreas verdes urbanas em Curitiba (Oliveira, 1996:51).

Quadro 2.3 - Parques de Curitiba - 1998

Parques	Data - Criação	Área (m ²)
1. Passeio Público	1885	69.285
2. Parque da Barreirinha	1972	275.380
3. Parque Barigüi	1972	1.400.000
4. Parque São Lourenço	1972	203.918
5. Parque Iguaçu	1978	8.264.316
6. Parque Iberê de Mattos	05/11/88	152.000
7. Parque das Pederiras	30/09/90	103.500
8. Parque Passaúna	10/03/91	6.500.000
9. Jardim Botânico	05/10/91	278.000
10. Parque dos Tropeiros	25/09/94	173.474
11. Parque Diadema	25/09/94	112.000
12. Parque Caiuá	25/09/94	46.000
13. Parque Tingüi	01/10/94	380.000
14. Parque Tanguá	23/11/94	450.000
Total		18.407.873

Fonte: Departamento de Parques e Praças - PMC, 1998.

Quadro 2.4 – Bosques de Curitiba - 1998

Bosques	Data – Criação	Área em (m ²)
1. Boa Vista	1974	11.682
2. João Paulo II	1978	48.000
3. Pilarzinho	1980	28.146
4. Capão da Imbuia	1981	42.417
5. Gutierrez	12/09/86	18.000
6. Reinhard Maack	04/11/89	78.000
7. Zaninelli	15/06/92	36.794
8. Italiano	1996	23.540
9. Portugal	19/03/94	20.850
10. Fazendinha	09/12/95	72.851
11. Alemão	13/04/96	40.000
12. Trabalhador	1996	192.051
Total		612.295

Fonte: Departamento de Parques e Praças - PMC, 1998.

Quadro 2.5 - Equipamentos de esporte e lazer de Curitiba - 1998

Modalidade	Quantidade	Área em (m2)
1. Praças	346	2.014.842
2. Jardinetes	287	277.339
4. Largos	52	58.571
5. Núcleos Ambientais	11	6.676
6. Eixos de Animação	14	471.118
7. Jardins Ambientais	06	51.000
8. Centros Esportivos	02	64.000
Total		2.934.746

Fonte: Departamento de Parques e Praças - PMC, 1998.

Quadro Síntese 2.6 - Área total de equipamentos de esporte e lazer de Curitiba - 1998

Modalidade	Quantidade	Área(metros quadrados)
1. Parques	14	18.407.873
2. Bosques	12	612.295
3. Diversos		2.943.746
Total geral		21.963.914

Fonte: Departamento de Praças e Parques - PMC, 1998.

D) – controle ambiental

Os avanços de ação do controle ambiental, em Curitiba, foram registrados a partir de 1986, com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, atuando de forma expressiva nos diversos encaminhamentos relacionados ao controle da poluição.

Registra-se que, até 1985, a cidade não possuía um serviço de controle e fiscalização ambiental, sendo que a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surhema), órgão do Governo do Estado, realizava esse tipo de serviço, em Curitiba. Esse órgão, de infra-estrutura deficiente, tinha como base de atuação a legislação estadual do meio ambiente.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente passou a coordenar e executar as ações ambientais no âmbito do município de Curitiba. Num primeiro momento, a ação realizada por esse órgão foi procurar corrigir a poluição gerada pelas diversas fontes poluidoras. A ação esteve voltada para o aspecto do controle ambiental e todos os instrumentos legais foram empregados. Foram instalados serviços telefônicos para a comunidade fazer suas denúncias, dando base para que o poder público municipal tomasse medidas de fiscalização e coerção.

A legislação vigente à época era precária e o poder público municipal valia-se, por exemplo, do Código de Posturas e Obras do Município que regulamentava a poluição atmosférica, hídrica e residual; o Decreto 440/84, instrumento legal específico que regulamentava a poluição visual e sonora; a Lei 2733/65 que regulamentava os ruídos urbanos e a proteção do bem-estar e sossego públicos.

A partir de 1991, com a promulgação da Lei Ambiental - Lei 7833/91 - foi possível ao poder público estabelecer maior controle sobre as atividades geradoras de poluição ambiental em Curitiba. A Lei Ambiental complementou a legislação que existia, atribuindo maior legitimidade às ações de controle ambiental.

No que se refere ao licenciamento ambiental, que tinha como base a legislação de zoneamento da cidade de 1975, regulamentando o uso do solo, a partir da ação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foi possível

estabelecer medidas de controle com critérios mais rigorosos sobre a instalação e o licenciamento de atividades de risco ambiental.

A partir de 1991, Lei Ambiental, fixou o licenciamento prévio, sendo possível a implantação de sistema informatizado de licenciamento ambiental. Atualmente, a concessão de licença para funcionamento ou construção, exige que seja realizado rigoroso laudo técnico, obedecendo critérios como: vistoria no local em que será realizada a atividade; análise de projetos, do sistema de produção e da ocupação do entorno, em que deverá ser desenvolvida a atividade a ser licenciada.

A partir de 1988, foi implantada a fiscalização preventiva de algumas atividades de risco e comprometimento ambiental. Esse serviço de fiscalização exigiu uma normatização dos procedimentos realizados, possibilitando estabelecer uma tipologia das diversas atividades existentes na cidade, tendo como critério o fator gerador de poluição industrial, comercial e de prestação de serviço. Assim, classificaram-se as atividades potenciais de risco ambiental, passando a condicionar seu funcionamento e/ou construção à apresentação da aprovação de alvarás de avaliação prévia da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Essa prática de fiscalização desenvolvida pelo poder público municipal forneceu as bases para a formulação da Lei Ambiental, aprovada em 1991, atribuindo legitimidade e maior rigor no controle ambiental de Curitiba.

As leis aprovadas mais recentemente contribuem para aperfeiçoar as lacunas ainda existentes na legislação que regulamenta o sistema de controle ambiental, como foi o caso da Lei 8583/95, que trata dos ruídos urbanos e a proteção do bem-estar e do sossego público e a Lei 8681/95, que institui normas de proteção ambiental para armazenagem subterrânea de combustíveis.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, cumprindo a política nacional de descentralização da gestão ambiental, assumiu a “competência da fiscalização, licenciamento e monitoramento de todas as atividades potencialmente e/ou efetivamente poluidoras no município”, como resultado do termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Nos programas de despoluição de rios e córregos, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente atua em parceria com secretarias municipais envolvidas nesses programas e com a Sanepar, órgão estatal responsável pelo serviço de abastecimento de água, esgoto e saneamento do Estado do Paraná.